

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

FATORES DE PRESSÃO EXTERNOS E INTERNOS NO
PLANEAMENTO ORÇAMENTAL DA FORÇA AÉREA
PORTUGUESA

RICARDO ALEXANDRE CLEMENTE PIRES LOPES CORREIA

OUTUBRO – 2017



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

FATORES DE PRESSÃO EXTERNOS E INTERNOS NO
PLANEAMENTO ORÇAMENTAL DA FORÇA AÉREA
PORTUGUESA

RICARDO ALEXANDRE CLEMENTE PIRES LOPES CORREIA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR TIAGO GONÇALVES

TENENTE-CORONEL ADMINISTRADOR AERONÁUTICO PEDRO AREDE

OUTUBRO - 2017

Resumo

Desde 2011, a Força Aérea Portuguesa (FAP) tem vindo a sofrer cortes orçamentais que se traduziram essencialmente na redução continuada das suas capacidades operacionais e manutenção de infraestruturas. A capacidade de assegurar missões de natureza militar encontra-se, assim, cada vez mais afetada e com custos de recuperação, afetos à formação e qualificação de pilotos e de regeneração dos sistemas de armas, cada vez mais elevados.

Foram criados planos e medidas de resposta aos cortes orçamentais, mas as reformas implementadas pouco alteraram a realidade orçamental da FAP. Mostra-se assim necessário estudar quais os fatores que concorrem para o teto orçamental, de forma a construir métricas que possibilitem prever necessidades a longo prazo.

Este trabalho analisa vários fatores de pressão externos e internos que influenciam o Planeamento Orçamental da Força Aérea Portuguesa (POFAP) e estuda a possível relação que têm com o orçamento da FAP, entre o período de 2006 a 2016.

Procura-se assim encontrar um padrão dentro das várias métricas analisadas, as quais ajudem a compreender possíveis variações futuras nas dotações orçamentais atribuídas ao Programa da Defesa e, mais especificamente, à Força Aérea.

São definidos três níveis de análise: um nível macroeconómico, outro dentro da Defesa Nacional e, um último, ao nível organizacional da FAP. Para o cruzamento e tratamento estatístico de dados são utilizados gráficos, correlações e análise de *clusters*.

Conclui-se que a FAP, entre o período de 2006 e 2016, conta com um menor efetivo, menos aeronaves, menor capacidade para executar missões e maior número de tripulações sem as qualificações necessárias. Tudo isto deriva de menores recursos humanos, financeiros e materiais. Não faz sentido assim continuar a insistir numa estrutura organizacional desatualizada e levada ao limite, baseada em soluções de curto prazo que visam meramente melhorias de eficiência, mas que, objetivamente, são tratadas como medidas de combate à crise. O planeamento orçamental deve também ser alterado e reestruturado, devendo ser tidos em consideração tanto fatores macroeconómicos como fatores de gestão ao nível organizacional.

Palavras-chave: Força Aérea Portuguesa, Planeamento Orçamental, Fatores de Pressão Externos e Internos, Teto Orçamental.

Abstract

Since 2011, the Portuguese Air Force (PoAF) has been undergoing budget cuts that have resulted, essentially, in a continued reduction of operational capacities and infrastructure maintenance. The ability to carry out missions of military nature is thus increasingly affected, with recovery costs, in pilots' qualification and aircraft regeneration, increasingly high.

Plans and measures were put in place in response to the referred budget cuts, however such reforms changed the budgetary reality of the PoAF only slightly. It is therefore necessary to study the factors that contribute to the budget top line, to build metrics that allow for long-term needs forecast.

This paper analyzes several external and internal pressure factors that influence the Air Force Budget Planning and the possible relationship they have with the PoAF budget, from 2006 to 2016.

The objective is to find a pattern within the various metrics analyzed, which helps to understand possible future variations in the behavior of the budget top line.

There are three levels of analysis, one macroeconomic, another inside the Nacional Defense and a last layer inside the Portuguese Air Force Organization. For the data analysis were used graphics, correlations and cluster analysis.

It is concluded that the PAF, between 2006 and 2016, counts on a smaller headcount, less aircraft, less missions control and less qualified pilots', all based in less human, financial and material resources. It does not make sense to continue to insist on an outdated organizational structure pushed to the limit, based on short-term solutions that merely aim for efficiency improvements, but, which objectively, are treated as measures to fight the crisis. Budget planning should also be changed and restructured, taking into consideration both macroeconomic factors and management factors at the organizational level.

Keywords: Portuguese Air Force, Budgetary Planning, External and Internal Pressure Factors, Budget Top Line.

Agradecimentos

Quero agradecer ao meu orientador, o Senhor Professor Doutor Tiago Gonçalves, por todo o apoio e acompanhamento académico, no qual se mostrou ser uma figura chave em momentos de extrema importância. Louvo, assim, a genialidade exemplar com que me guiou na elaboração deste trabalho, conseguindo sempre incentivar o melhor do meu desenvolvimento académico e da minha confiança pessoal.

Destaco também todo o apoio e disponibilidade do meu coorientador, o Senhor Tenente Coronel Pedro Arede, por ter sido o elo de ligação essencial entre o meu trabalho e o meio organizacional da Força Aérea, o seu carisma e profissionalismo são uma referência para a minha futura carreira militar e profissional. Saliento também, desta forma, todo o acompanhamento e ajuda do Senhor Major Raul Campos, bem como de toda a Repartição de Gestão Orçamental e Financeira, o vosso saber e disponibilidade foram de extrema importância na realização deste trabalho.

Agradeço à Academia da Força Aérea, toda a formação e acompanhamento académico que permitem formar hoje os chefes do amanhã. É uma honra ser aluno da Academia, escola basilar da formação de qualquer oficial do quadro permanente. Destaco também o papel do Instituto Superior de Economia e Gestão, instituição que acompanhou grande parte do meu desenvolvimento académico, cujo apoio determinante para que eu esteja aqui hoje.

Uma palavra especial aos *Mustangs*, o meu curso de entrada na Academia da Força Aérea, que me acompanharam durante estes últimos seis anos, a vossa amizade e companheirismo são algo que carregarei comigo para o resto da vida.

Por fim, agradeço à minha família e amigos por serem o que de mais importante tenho na vida. Sem vós, nada faria sentido.

“In preparing for battle, I have always found that plans are useless but planning is indispensable.”

Dwight Eisenhower

Índice

Resumo	I
Abstract.....	II
Agradecimentos	III
Índice.....	IV
Lista de Figuras.....	VI
Lista de Tabelas	VII
Lista de Siglas e Acrónimos	VIII
Índice de Anexos.....	XI
1 Introdução	1
2 Revisão de Literatura	2
2.1 Enquadramento Legal	2
2.1.1 Organização	3
2.1.2 Política e Conceitos Orçamentais.....	3
2.1.3 Processo e Estrutura Legal do Orçamento de Estado.....	4
2.1.4 Ciclo de Vida e Preparação do Orçamento de Estado	4
2.1.5 Planeamento Orçamental da Força Aérea Portuguesa.....	5
2.2 Revisão da Literatura	6
3 Técnicas de Análise e Dados	12
3.1 Níveis de Análise	12
3.2 Técnicas de Análise e Estatística	12
4 Análise de Resultados.....	13
4.1 Orçamento Executado da Defesa em termos relativos (2006-2016).....	13
4.2 Orçamento da Defesa vs. Saldo Global	15
4.3 Componentes da despesa pública por Funções	16

4.4 Orçamento da Defesa	19
4.5 Análise Organizacional	20
4.5.1 Plano de Desenvolvimento Sustentado (Operacional) - PDSO	20
4.5.2 Análise do Efetivo e Despesas Associadas.....	23
4.5.3 Análise da Atividade Aérea e do Regime de Esforço	25
4.5.4 Análise Orçamental	27
4.7 Análise de Robustez.....	28
4.7.1 Variable Clustering.....	29
4.7.2 Análise de Pré e Pós Crise de 2011	30
5 Conclusões, Limitações e Estudos Futuros.....	32
5.1 Conclusões	32
5.1.1 Nível Macro e Intermédio.....	32
5.1.2 Análise Micro ou Organizacional.....	33
5.1.3 Conclusões Finais	34
5.2 Limitações e Pistas de Investigação Futura	36
Referências Bibliográficas	37
Anexos	41

Lista de Figuras

FIGURA 1 - MATRIZ BASE	12
FIGURA 2 - ORÇAMENTO EXECUTADO DA DEFESA EM TERMOS RELATIVOS 2006-2016	14
FIGURA 3 - ORÇAMENTO DA DEFESA VS. SALDO GLOBAL	15
FIGURA 4 - DESPESA PÚBLICA TOTAL	16
FIGURA 5 - SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL (FUNÇÕES)	18
FIGURA 6 - ANÁLISE DA DEFESA	20
FIGURA 7 - ATIVIDADES AÉREAS VS. ATIVIDADES DE APOIO	22
FIGURA 8 - GASTOS PESSOAL VS. EFETIVO DA FORÇA AÉREA.....	23
FIGURA 9 - ORÇAMENTO DA FORÇA AÉREA (SEM PESSOAL)	25
FIGURA 9 - FUNDOS DISPONÍVEIS	28

Lista de Tabelas

TABELA I - PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO DE ESTADO EM N-1	5
TABELA II - CICLO ANUAL DO PLANEAMENTO ORÇAMENTAL DA FORÇA AÉREA	6
TABELA III - CORRELAÇÕES RELATIVAS DA DEFESA	14
TABELA IV - CORRELAÇÕES DA DEFESA VS. DÉFICE	16
TABELA V - CORRELAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (FUNÇÕES)	17
TABELA VI – CORRELAÇÕES DEFESA NACIONAL (ORÇAMENTOS EXECUTADOS)	19
TABELA VII – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO OPERACIONAL (2012 vs. 2016).....	21
TABELA VIII - PRÉ-CRISE VS. PÓS-CRISE (2007 vs. 2016)	22
TABELA IX - CORRELAÇÕES DA ATIVIDADE AÉREA	26
TABELA X - CORRELAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FORÇA AÉREA	27
TABELA XI - CLUSTER MEMBERSHIP MACRO	29
TABELA XII - CLUSTER MEMBERSHIP DEFESA.....	29
TABELA XIII - CLUSTER MEMBERSHIP FORÇA AÉREA	30
TABELA XIV - CICLO QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL.....	42
TABELA XV - TESTEMUNHOS	46
TABELA XVI - CORRELAÇÕES RELATIVAS DA DEFESA (2 PERÍODOS)	47
TABELA XVII - CORRELAÇÕES DA DEFESA VS DÉFICE (2 PERÍODOS)	48
TABELA XVIII - CORRELAÇÕES DA DESPESA PÚBLICA (2 PERÍODOS).....	48
TABELA XIX - CORRELAÇÕES DA DEFESA NACIONAL (2 PERÍODOS).....	49
TABELA XX - CORRELAÇÕES DA AA (2 PERÍODOS)	49
TABELA XXI - CORRELAÇÕES ORÇAMENTO FAP (2 PERÍODOS).....	50

Lista de Siglas e Acrónimos

- AA** – Atividade Aérea
- AC** – Administração Central
- ADSE** – Assistência de Doença aos Servidores do Estado
- AEDN** – Anuário Estatístico da Defesa Nacional
- AEFAP** – Anuário Estatístico da Força Aérea Portuguesa
- AF** – Análise Fatorial
- AP** – Administração Pública
- AR** – Assembleia da República
- CDS** – Centro Democrático Social
- CEMFA** – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
- CGA** – Caixa Geral de Aposentações
- CGE** – Conta Geral do Estado
- CHVop** – Custo da Hora de Voo operacional
- CM** – Conselho de Ministros
- CoFin** – Cofinanciamento
- DAT** – Direção de Abastecimento e Transportes
- DFFA** – Direção de Finanças da Força Aérea
- DGO** – Direção-Geral do Orçamento
- DI** – Direção de Infraestruturas
- DIVOPS** – Divisão de Operações
- DIVREC** – Divisão de Recursos
- DL** – Decreto-Lei
- EMFA** – Estado-Maior da Força Aérea
- eSPap** – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
- FA** – Força Aérea
- FAP** – Força Aérea Portuguesa
- FF** – Fonte de Financiamento
- FND** – Forças Nacionais Destacadas

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

HV – Hora de Voo

IC – Intervalos de Confiança

IPC – Índice de Preços do Consumidor

KMO – Kaiser Meyer Olkin

LBCP – Lei de Bases da Contabilidade Pública

LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

LEO – Lei de Enquadramento Orçamental

LGO – Lei das Grandes Opções

LIM – Lei das Infraestruturas Militares

LOFA – Lei Orgânica da Força Aérea

LPIM – Lei de Programação de Infraestruturas Militares

LPM – Lei de Programação Militar

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MF – Ministério das Finanças

OD – Orçamento da Defesa

OE – Orçamento do Estado

ORG – Orçamento de Receitas Gerais

ORP – Orçamento de Receitas Próprias

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PoAF – Portuguese Air Force

PDSO – Plano de Desenvolvimento Sustentado (Operacional)

PE – Programa de Estabilidade

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

POFAP – Planeamento Orçamental da Força Aérea Portuguesa

PR – Presidente da República

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

QPPO – Quadro Plurianual de Programação Orçamental

RAFE – Reforma da Administração Financeira do Estado

RE – Regime de Esforço

RGFAP – Relatório de Gestão da Força Aérea Portuguesa

RGOF – Repartição de Gestão Orçamental e Financeira

RLM – Regressão Linear Múltipla

SAS – Segurança e Ação Social

SC – Serviços Centrais

SCM – Suplemento de Condição Militar

SOE – Sistema de Orçamento de Estado

SPSS – Stastiscal Package for the Social Sciences

SS – Segurança Social

TC – Tribunal de Contas

UEO – Unidade de Execução Orçamental

Índice de Anexos

ANEXO 1 - TAREFAS DA PREPARAÇÃO DO OE EM N-1.....	41
ANEXO 2 - CICLO DO QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL.....	42
ANEXO 3 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO.....	42
ANEXO 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS FATORES DE PRESSÃO	43
ANEXO 5 - TESTEMUNHOS	46
ANEXO 6 - DENDROGRAMAS	47
ANEXO 7 - CORRELAÇÕES (2 PERÍODOS)	47
ANEXO 8 - FATORES NÍVEL 1 A PREÇOS CORRENTES E CONTANTES (2016)	51
ANEXO 9 - FATORES NÍVEL 2 A PREÇOS CORRENTES E CONTANTES (2016)	52
ANEXO 10 - FATORES NÍVEL 3 A PREÇOS CORRENTES E CONTANTES (2016)	53

1 Introdução

Desde 2012, de acordo com os objetivos das Forças Armadas delineados ao nível da Defesa Nacional, na Força Aérea Portuguesa (FAP) tem-se acentuado um grave desvio entre o Regime de Esforço (RE) executado e o planeado. Este desvio traduz-se, essencialmente, na incapacidade de assegurar as horas de voo (HV), necessárias para conciliar as qualificações das tripulações com os objetivos operacionais. Esta situação é paralela à falta de recursos necessários para assegurar a aquisição de combustível operacional e a sustentação e regeneração dos sistemas de armas.

Feita uma análise dos últimos 11 anos, conseguimos ver que a execução orçamental da FAP teve um decréscimo de cerca de 23%, acompanhado por uma diminuição de efetivo em cerca de 20% e por uma diminuição das HV em cerca de 22%. Estes problemas tornam-se mais sérios quando se vê que, apesar da redução do número das HV, os custos das mesmas permanecem inalterados. Pelo contrário, o custo associado a toda a estrutura de apoio à parte operacional sofreu uma redução de cerca de 32%, sendo que, além dos fatores internos estudados neste trabalho, aferiu-se uma redução de cerca de 72% em todos os outros custos que não foram aqui escrutinados.¹

Torna-se assim essencial perceber como aliviar o estrangulamento orçamental e como conseguir adaptar toda a organização a esta nova realidade que se vive. Brook and Candreva (2007) estudam como devem ser encaradas as reformas e profundas alterações organizacionais, ao nível da Defesa, assim que se preveja uma grande redução orçamental. No mesmo âmbito, este trabalho procura caracterizar o ambiente económico em que a organização se insere, fazendo uma análise de vários fatores económicos, extraorganizacionais e micro-organizacionais.

Tendo em conta a missão da FAP e a estrutura em que se encontra inserida, definiu-se o problema de investigação e as suas questões de investigação derivadas, às quais se irão responder ao longo do trabalho.

A questão de investigação encetada centra-se em analisar quais as melhores decisões de estratégia orçamental, planeando-as tendo em consideração, ao nível organizacional, os níveis de recursos e a sua alocação, bem como a influência de fatores extraorganizacionais.

Subsidiariamente, pretende-se responder às seguintes questões:

Quais os fatores internos e externos a ter em consideração no planeamento orçamental da Força Aérea; dentro da recessão orçamental atual, que *lessons learned* se podem retirar de períodos

¹Nesta dissertação, entre 2006 e 2016, é analisado, em média, cerca de 80% do orçamento executado da FAP. Os outros 20%, não contemplados na análise dos dados, estão associados a dotações que compreendem as várias tarefas e operações de apoio, dispersas por toda a organização e de elevada complexidade de aferição.

anteriores homólogos; como devem ser encaradas as reformas organizacionais quando for previsível que haja um significativo corte orçamental; e, por fim, em recessão orçamental, que tipo de reformas são necessárias para manter níveis de administração que respondam às exigências das forças operacionais.

Conclui-se que a FAP, entre o período de 2006 e 2016, conta com um menor efetivo, menos aeronaves, menor capacidade para executar missões e maior número de tripulações sem as qualificações necessárias, tudo isto deriva de menores recursos humanos, financeiros e materiais. Não faz sentido, assim, continuar a insistir numa estrutura organizacional desatualizada e levada ao limite, baseada em soluções de curto prazo que visam meramente melhorias de eficiência, mas que, objetivamente, são tratadas como medidas de combate à crise. O planeamento orçamental deve também ser alterado e reestruturado, devendo ser tidos em consideração tanto fatores macroeconómicos como fatores de gestão ao nível organizacional.

Este trabalho está organizado em cinco grandes capítulos. O primeiro é a Introdução, onde se faz uma primeira abordagem ao tema do trabalho e onde se definem o problema de investigação e as questões de investigação a responder. O segundo capítulo é a Revisão de Literatura, onde se analisa, em termos legais, o planeamento orçamental da FAP e toda a construção legal que rodeia o Orçamento de Estado (OE) e o seu planeamento, terminando com um enquadramento científico do trabalho, nomeadamente o que já foi recentemente desenvolvido nesta área. O terceiro capítulo é relativo às Técnicas de Análise e Dados, onde se define de que forma se vai abordar o tema e análise da informação recolhida. No quarto capítulo analisam-se os resultados, apresentando-se e salientando-se os mais preponderantes. Por último, no capítulo cinco, onde são expostas as Conclusões e as respostas ao problema de investigação e às questões de investigação.

2 Revisão de Literatura

2.1 Enquadramento Legal

A Defesa Nacional é considerada um bem público, pois não é possível excluir um indivíduo do seu consumo. A FAP, enquanto Ramo das Forças Armadas, pertence aos Serviços Integrados da Administração Central do Setor Público Administrativo do Estado, e a sua atuação desenvolve-se com base em critérios não empresarias, ou seja, sem ter como objetivo o lucro.

2.1.1 Organização

De acordo com a Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA²), a FAP é um Ramo das Forças Armadas, dotado de autonomia administrativa, estando, desta forma, inserida no Regime de Autonomia Administrativa do Estado (RAFE³), onde os serviços e organismos dispõem de créditos inscritos no OE, e os seus dirigentes têm competência para, no âmbito da gestão corrente, de forma definitiva e executória, autorizarem despesas e pagamentos.

A FAP integra-se, assim, na administração direta do Estado, onde a sua administração financeira se rege pelos instrumentos legais e regulamentares aplicáveis aos serviços da mesma. Dispõe de receitas provenientes do Orçamento do Estado e outras provenientes de receitas próprias.

A Lei de Bases da Contabilidade Pública (LBCP⁴) define o seu regime geral de autonomia administrativa, a forma de pagamento das despesas e a autorização para a libertação de créditos, bem como o seu controlo e gestão orçamental e sistema de contabilidade.

Compete, assim, ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), a administração financeira e patrimonial da FAP, desde os processos de decisão às ações de planeamento, obtenção, organização, afetação e controlo da aplicação dos recursos financeiros afetos à execução das missões da FA (LOFA).

2.1.2 Política e Conceitos Orçamentais

De acordo com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO⁵), a política orçamental deve cobrir um horizonte de médio prazo, tendo em conta as prioridades políticas do Governo bem como as políticas, os tratados e as convenções internacionais e europeias (art.º 6.º da LEO).

Tendo por base os princípios orçamentais, que decorrem da LEO, aos quais deve obedecer a execução do orçamento da FAP, destaca-se o princípio da economia, eficiência e eficácia. Neste, a assunção de compromissos e a realização de despesa pelas entidades deve ser assegurada por padrões de qualidade adequados à utilização mínima de recursos, com aumento contínuo da produtividade e com a utilização acertada dos recursos necessários na persecução dos objetivos (art.º 18.º da LEO).

² Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro;

³ Decreto-Lei n.º 155/1992, de 28 de julho;

⁴ Lei n.º 8/1990, de 20 de fevereiro;

⁵ Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro;

Por compromissos, de acordo com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA⁶), entende-se a obrigação de efetuar um pagamento futuro a um terceiro pelo fornecimento de bens e serviços. Nesta lei, também está presente a definição de fundos disponíveis, que se definem como as verbas disponíveis a muito curto prazo que incluem, relativamente aos três meses seguintes, a dotação corrigida líquida de cativos, as transferências ou subsídios com origem no OE, a receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes, o produto de empréstimos contraídos nos termos da lei, as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente validadas e ainda outros montantes relativos a autorizações de aumentos temporários dos próprios fundos (art.º 3.º da LCPA).

2.1.3 Processo e Estrutura Legal do Orçamento de Estado

O processo orçamental está definido na LEO, a qual dita quais os documentos e limites temporais a ter em consideração, documentos estes, cuja análise e respetiva evolução histórica é fundamental para uma melhor compreensão e planeamento orçamental a curto/médio prazo.

Desta forma, de acordo com a LEO, dos documentos supramencionados, no processo orçamental, destaca-se a atualização do Programa de Estabilidade (PE⁷), a proposta de Lei das Grandes Opções (LGO) e a proposta de Lei do OE. Dentro dos elementos que acompanham a proposta de lei do OE, destaca-se o Relatório que contém a apresentação e a justificação da política orçamental com a análise da evolução, previsões e projeções das principais variáveis orçamentais e macroeconómicas e respetiva análise de sensibilidade (art.º 32 a 37.º da LEO).

2.1.4 Ciclo de Vida e Preparação do Orçamento de Estado

Segundo a Direção-Geral do Orçamento (DGO) (2016), um OE tem um ciclo de vida de aproximadamente três anos, desde a sua preparação em $n-1$, a sua execução em n , e a sua análise e avaliação em $n+1$.

⁶ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

⁷ O PE inclui o projeto de atualização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO), descrito no Anexo 2, das despesas e receitas públicas num horizonte de quatro anos.

Tabela I - Preparação do Orçamento de Estado em $n-1$

Meses	Tarefa	Observações
fevereiro - abril	Preparação do QPPO	Entrega do PE na Comissão Europeia (até 30 abril)
junho - agosto	Trabalhos preparatórios	DGO - Circular de preparação do OE; Tutela - Aprovam distribuição de <i>plafonds</i>
agosto - setembro	Proposta de Orçamento	
setembro	Análise e Decisão	
outubro	Elaboração da Proposta do OE	Entregar na AR (até 15 out)
outubro - dezembro	Aprovação	Pela AR (30 nov) ; Pelo PR (31 dez)

Legenda: PE – Programa de Estabilidade; DGO – Direção Geral do Orçamento; AR – Assembleia da República; PR – Presidente da República.

Na Tabela I encontra-se definida a preparação do OE, as suas tarefas encontram-se descritas no Anexo 1. A sua preparação é feita de acordo com uma estratégia de orçamentação a longo prazo,

na qual são analisadas as prioridades políticas, a distribuição de recursos e os objetivos do OE. Depois de feita esta análise, são definidos os possíveis cenários macroeconómicos e é elaborada, até 15 de outubro, a Proposta de Lei do OE (Anexo 3), que é aprovada pela AR até ao final de novembro e pelo Presidente da República (PR) até ao final de Dezembro, momento em qual passa então a ser denominada de Lei do OE.

Durante o ano n , a execução do OE é feita pelo Governo, com publicações mensais dos mapas da Síntese de Execução Orçamental. Em $n+1$, até 30 de junho é entregue a Conta Geral do Estado (CGE) na AR, onde é discutida e aprovada até 31 de dezembro depois do parecer do Tribunal de Contas (TC).

2.1.5 Planeamento Orçamental da Força Aérea Portuguesa

O Planeamento Orçamental da FAP (POFAP) segue assim também uma base cronológica, que conta com a participação tanto de entidades internas como de entidades externas. A sua correta execução, que responde às necessidades da FAP, depende de uma articulação conjunta de vários documentos necessários para o planeamento, aprovação e controlo de todas as rubricas orçamentais (ver tabela II).

Dentro do conteúdo dos orçamentos das demais entidades públicas, deve ser apresentado um orçamento de receita, um orçamento de despesa, uma demonstração com um desempenho orçamental, os encargos plurianuais, demonstrações financeiras previsionais e os planos de investimento (art.º 50.º da LEO).

Em cada ano o Governo estabelece as respetivas normas para a execução do OE, nomeadamente a indicação das despesas ou pagamentos e os prazos para a autorização de despesas (art.º 53.º da LEO), sendo de realçar que nenhuma despesa pode ser paga sem que o compromisso e a respetiva programação de pagamentos previstos sejam assegurados pelo orçamento de tesouraria da entidade. Qualquer revisão e alteração orçamental é da competência da AR.

Tabela II - Ciclo Anual do Planeamento Orçamental da Força Aérea⁸

Mês	EPR	Tarefa
março	Centros Financeiros ou UEO	Elaboram Plano Anual de Atividades
maio	DFFA	Planeia os encargos com pessoal (agrupamento de despesa 01)
	DFFA/EMFA	Planeia as despesas dos restantes agrupamentos de despesa
julho	CEMFA	Aprova o planeamento global da FAP
	DGO/MF	Emite circular da preparação orçamental para o ano n+1
	DFFA	Regista o projeto de orçamento nos serviços on-line da DGO
dezembro	DFFA	Comunica aos centros financeiros o respetivo orçamento

A Força Aérea, como entidade pública, elabora, relativamente à sua Conta de Gerência, até 31 de março do ano

seguinte ao ano económico a que as contas respeitem, o relatório de gestão, as demonstrações orçamentais e financeiras e outros documentos exigidos por lei. Tal como refere a tabela II, também elabora um plano anual de atividades onde discrimina os objetivos a atingir, os recursos necessários e os programas a realizar, que segue a despacho da tutela para servir de base à proposta de orçamento a apresentar aquando da preparação do OE (art.º 5.º da RAFE). Esta é apenas a primeira tarefa das que integram o ciclo anual do planeamento orçamental da FA.

2.2 Revisão da Literatura

Cada vez mais se torna necessário estudar e construir teorias qualitativas sobre práticas orçamentais e criar proposições específicas e testáveis sobre que tipo de decisões orçamentais devem ser aplicadas e em que circunstâncias o são (Rubin, 1988).

É importante desenvolver critérios que meçam a adequabilidade e a capacidade funcional dos processos e sistemas orçamentais instituídos (Andrews, 2002). Estes critérios estão essencialmente ligados à capacidade de planeamento e controlo que cada sistema orçamental detém e que dão respostas quanto à sua compreensão e desempenho (Schick, 1966).

Todo este planeamento e controlo, quando confrontados com grandes alterações orçamentais, quer estruturais, quer funcionais ou quantitativas, e que tenham um grande impacto em toda a organização, devem ser revistos de forma a procurar o equilíbrio entre o planeamento e a execução (Jones and Thompson, 1986).

Tendo em consideração um planeamento plurianual orçamental, devem-se utilizar algumas ferramentas e indicadores com o objetivo de analisar históricos de fatores internos e externos ao orçamento. Da mesma forma, para compreender a realidade orçamental, para além de se analisar as tendências em termos absolutos e relativos, é importante incluir também na análise outros fatores internos e externos que influenciam o teto orçamental da própria organização (Brook and Candreva, 2007).

⁸ UEO – Unidade de Execução Orçamental; EMFA – Estado Maior da Força Aérea; MF – Ministério das Finanças; DFFA – Direção de Finanças da Força Aérea

Os fatores internos são aqueles em relação aos quais as chefias organizacionais têm maior possibilidade de controlo e dividem-se em cinco grandes grupos: pessoal, operação e manutenção, infraestruturas, encargos correntes, encargos não correntes. Por sua vez, os fatores externos estão associados a políticas fiscais e internacionais, a doutrina e leis emanadas por organismos externos e aos objetivos plurianuais definidos pelo Estado que podem ser de maior importância quando considerados num planeamento orçamental a médio/longo prazo (Brook and Candreva, 2007).

Tendo os fatores internos uma maior importância relativa, é importante que a organização defina bem os objetivos a atingir tanto a curto como a médio/longo prazo. Só assim é possível definir prioridades ao nível estratégico e perceber, quando confrontados com grandes alterações orçamentais, quais são os programas ou rubricas mais importantes e qual a gestão e reformas a serem feitas (Costello, 2011).

É importante partir do princípio que, em vez de se cortar na despesa, se deve cortar nas atividades, porque menos despesa não traduz essencialmente menos trabalho. Logo, um planeamento orçamental baseado em atividades é essencial para orientar o pessoal em alturas de grandes reduções orçamentais. Consegue-se assim aumentar a flexibilidade das operações e criar novos projetos enquanto se cortam nos antigos (Marcino, 2000).

É importante analisar os padrões históricos de médio/longo prazo capazes de prever as alterações ao teto do orçamento, bem como os fatores internos e externos do presente. Saber ler estes indicadores facilita a compreensão e, apesar de ninguém conseguir prever o futuro, torna-se mais racional prever e responder a possíveis subidas e descidas orçamentais (Brook and Candreva, 2007).

A ideia de reformar práticas de gestão de forma a atingir poupanças não é inovadora. Implementar medidas de curto prazo de forma a atingir níveis ótimos de eficiência, reduzindo a redundância e os desperdícios nos processos, não devia ser consideradas medidas de resposta à crise, mas sim uma prática da gestão corrente, visando os conceitos de economia, eficiência e eficácia a que estamos obrigados (art.º 18º da RAFE).

Para além de medidas de curto prazo de resposta a reduções orçamentais temporárias, o propósito de implementar reformas estruturais e medidas de médio/longo prazo é de assegurar o funcionamento aquando de grandes períodos de redução orçamental, mantendo-se assim a operacionalização das forças sem compromisso da missão da organização (Cheney, 1991).

Nos finais dos anos 90, começam assim a surgir novas formas de reforma na gestão, essencialmente pelo facto de as práticas de gestão do setor público estarem bastante atrasadas quando comparadas às do setor privado. Várias medidas foram então adotadas de forma a agilizar a estrutura das

organizações, reduzindo a redundância e reformulando os processos nas empresas, na educação, na partilha de informação, nos transportes e na gestão de património (Cohen, 1998).

Segundo Rumsfeld (2002), as iniciativas de gestão passam por um modelo de mudança continuada, com destaque para a redução de custos, aumento da qualidade, menos redundâncias e adoção das melhores práticas de gestão. Verifica-se assim uma necessidade de criar e usar métricas que nos possibilitem quantificar as melhorias no desempenho, tanto ao nível dos recursos como nas *core functions* (Daniel and Walther, 2006).

Influenciadas por fatores externos, as práticas de gestão são parte de uma mudança continuada com temas dominantes na melhoria dos processos, na gestão de custos, na redução de custos, no agilizar a organização, na mudança de cultura e na adoção de práticas do setor privado (Dawe and Jones, 2005). Porém, na procura de melhorar estas práticas, é possível encontrar vários desafios que podem retardar o seu sucesso, como a redução de custos, a reorganização organizacional e a cultura organizacional (Walker, 2004).

Brook and Candreva (2007) referem uma prática que se resume a identificar e agrupar estrategicamente várias reformas de alto nível, que se dirijam especificamente a um determinado segmento, como pessoal, aquisições, operações, etc. Cada segmento vai gerar informação que pode ser medida para perceber o seu impacto ao longo de vários anos e, posteriormente, ser utilizada no planeamento orçamental (Daniel and Walther, 2006).

Dadas estas evoluções nas práticas de gestão e enquadrando as mesmas no contexto das Forças Armadas e da Defesa, de uma forma geral, todas as reformas na Defesa se focam em gerar poupança interna de forma a apoiar o investimento e a manutenção das forças operacionais (Brook and Candreva, 2007).

A escassez de recursos é um sintoma do declínio financeiro das organizações governamentais, e a Defesa não é exceção, o que cria um problema aos gestores: o de manter a capacidade operacional das organizações (Levine, 1978). A maior parte dos gestores, acostumados a crescimento, durante um período de recessão, encaram os cortes orçamentais como de menor importância, não os tomando em grande consideração. Porém, quando já não existe folga orçamental, é essencial planear de acordo com a nova realidade, estabelecendo uma ligação com o corte de atividades e não, simplesmente, com o corte de despesa (Glassberg, 1978).

Para Brook and Candreva (2007), durante períodos de recessão vai haver sempre resistência tanto de elementos externos como internos à organização, porque alguém vai ter de sofrer o corte para compensar onde é mais necessário.

Aumenta assim a competição por recursos cada vez mais escassos e, por vezes, para diminuir estes conflitos, fazem-se cortes menos eficientes em toda a estrutura, em vez de privilegiar o que é essencial.

À medida que as decisões passam a ser mais centralizadas, o moral da organização diminui. A perda de flexibilidade organizacional, a perda de líderes e o aumento da saída de pessoal contribuem para o desânimo e a frustração do pessoal. E, para piorar, é prestado um excesso de atenção a medidas de resposta à crise de curto prazo em vez de se planear a médio/longo prazo (Cameron, Whetten and Kim, 1987).

Segundo Brook and Candreva (2007), num contexto económico do século XXI, reformas na estrutura militar podem seguir essencialmente três caminhos: fomentar novas práticas de gestão caracterizadas pela sua simplicidade e rapidez; gerar internamente recursos que suportem a atividade operacional das forças; reduzir a pressão interna no orçamento através de reestruturações, respondendo também aos desafios dos fatores de pressão externa.

Mesmo seguindo estes caminhos, há sempre a possibilidade de não se atingir o objetivo pretendido. Os custos de guerra são sempre um risco a ter em consideração. O esforço de guerra pode criar grandes desvios no planeamento orçamental, sendo que, apesar de ser uma componente pouco considerada devido à sua fraca probabilidade, a sua realidade pode tornar-se um grave problema em tempos de redução orçamental (Brook and Candreva, 2007).

A perda de visão é um fator importante, pois caso se tenham em consideração planeamentos orçamentais sucessivamente desviados da realidade, baseados em pressupostos demasiado otimistas ou exigentes, pode-se perder a capacidade de identificar corretamente os problemas e criar soluções para responder aos mesmos (Roberto and Levesque, 2005).

Outro problema será o cansaço da mudança, onde organizações que adotem muito frequentemente novas técnicas ou formas de trabalho possam, com as mesmas, prejudicar o desempenho nas suas operações diárias (Abrahamson, 2004).

As mudanças de liderança ao nível estratégico também têm grande influência nas reformas implementadas, pois não tendo em consideração o sucesso ou o insucesso das mesmas, muitas não sobrevivem aquando de uma transição de chefias, o que reconhece a existência de ciclos políticos de liderança responsáveis pela implementação de grandes reformas, tanto pela sua adoção como pela sua alteração ou eliminação (Jones and McCaffery, 2005).

Para combater tais riscos, tanto em tempos de recessão e declínio orçamental como de folga, torna-se necessário institucionalizar princípios e processos. Desta forma, protegem-se as

organizações contra eventuais mudanças na sua liderança, garantem-se reformas em que é necessário investir a curto prazo para ter resultados a longo prazo e estabelecem-se prioridades dentro da organização que se perpetuam, influenciando de forma ativa os seus intervenientes e resultados (Walker, 2006).

Segundo Brook and Candreva (2007), quando confrontados com um futuro corte orçamental e com outros fatores externos de risco, que põem em causa atuais reformas administrativas, podem-se verificar as seguintes hipóteses:

- a) As reformas direcionadas essencialmente para a melhoria da eficiência nos processos mostram-se insuficientes para preencher um grande corte orçamental.
- b) Os resultados destas reformas estão muitas das vezes associados às aplicações de projeções de redução de custos e à revisão de futuras necessidades financeiras.
- c) As poupanças que se geram muito dificilmente cobrem o corte orçamental sofrido.

Para além disso, devido ao tipo de controlo, este tipo de medidas apenas tem influência sobre os fatores de pressão internos que concorrem para o teto orçamental (Brook and Candreva, 2007).

Melhores sistemas de gestão de custo não garantem maior eficácia (Barzelay and Thompson, 2006). Estes sistemas são essencialmente direcionados para fatores internos da organização, o que pode ajudar a colmatar a redução orçamental sentida, mas não os tornam diretamente eficazes, pois também não englobam os fatores externos que contribuem para a redução orçamental. Para além disso, os resultados de uma maior eficiência na gestão de custos da organização mostram-se bastante dispersos pela mesma, o que leva a que sejam extremamente difíceis de contabilizar e de recolher.

Uma boa gestão dos recursos não significa mais recursos no futuro. As decisões de alocação de recursos estão ligadas às políticas internas de cada organização, e uma boa gestão desta alocação irá reduzir as necessidades internas em alturas de maior restrição (Brook and Candreva, 2007). Isto pode levar a uma futura redução marginal dos recursos necessários ao bom desempenho da organização. O orçamento simplesmente não cresce por se aplicarem melhores práticas de gestão.

Se, ao melhorar a eficiência nos processos, nos sistemas de gestão de custos e na alocação de recursos, não se garantir o preenchimento da diminuição orçamental produzida em tempos de

recessão, então, concluem Brook and Candreva (2007), duas verdades irão suportar uma reforma mais eficaz:

A primeira será que todas as soluções resumidas no parágrafo anterior, deviam já fazer parte do atual programa da administração das organizações públicas e ser um requisito para as suas operações. As organizações públicas têm o dever, para com o Estado e o País, de gerir da melhor forma possível todos os recursos que são disponibilizados pelos mesmos. Igualmente, devem suportar, de forma eficiente, todas as necessidades das suas forças operacionais, desde o pessoal, à sua manutenção, material e infraestruturas. Estando ao abrigo do princípio orçamental da economia, eficiência e eficácia (art.º 18.º da LEO), qualquer reforma ou alteração que vise essencialmente este artigo não deve ser tida como uma medida de combate ao declínio orçamental, mas sim como parte integrante dos deveres da administração da organização.

A segunda, e mais relevante, é que perante grandes reduções orçamentais apenas grandes reformas estruturais podem ser a solução para combater o corte orçamental. Estas reformas têm a responsabilidade não de preencher o corte orçamental, mas de eliminá-lo da organização. Destacam-se as melhorias significativas na produtividade, a consolidação de programas, a alienação de ativos ou eliminação de funções, o cancelamento de programas, e a redução de pessoal de forma funcional e eficiente. São tudo medidas⁹ e alterações que têm de ser implementadas para combater o declínio orçamental.

⁹ O efeito de algumas destas medidas é condicionado, muitas vezes, por fatores exógenos à própria organização, o que pode levar a dificuldades acrescidas na sua implementação, ao seu insucesso ou até mesmo à sua não execução.

3 Técnicas de Análise e Dados

3.1 Níveis de Análise

Com base na revisão de literatura efetuada, e de acordo com a origem e incidência dos fatores em estudo, são definidos três níveis de análise dos fatores de pressão internos e externos no Planeamento Orçamental da Força Aérea Portuguesa (POFAP).

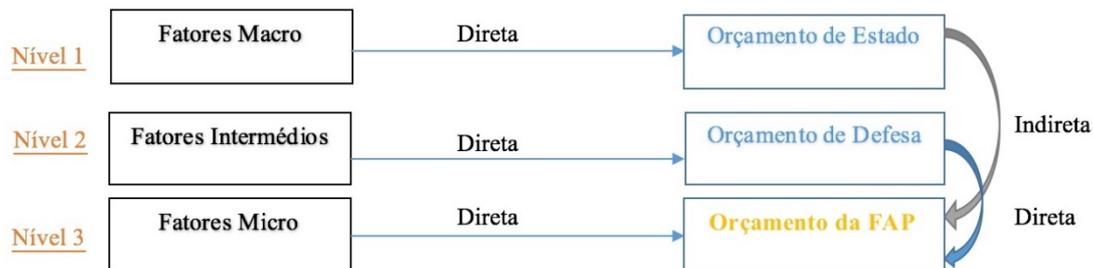


Figura 1 - Matriz Base

O primeiro nível está ligado a uma análise macroeconómica, com fatores que concorrem inteiramente para o OE. O segundo abrange fatores que, agregados, constroem o Orçamento de Defesa. O terceiro e último está a um nível organizacional e é composto por fatores micro que influenciam diretamente o Orçamento da FAP. A matriz e a identificação e escolha dos fatores em análise, para além da revisão de literatura, são resultado de um conjunto de entrevistas e testemunhos feitos a várias entidades, competentes e responsáveis no seu nível de ação dentro da FAP, os intervenientes estão identificados no Anexo 5.

Há fatores que, devido à sua relevância, estão presentes em mais do que um nível de análise, tendo sido a análise dos dados monetários efetuada em euros a preços constantes de 2016. A enumeração e descrição dos fatores de pressão está integrada no Anexo 4, e a sua apresentação é efetuada nas tabelas disponíveis nos Anexos 8, 9 e 10.

3.2 Técnicas de Análise e Estatística

De forma a cruzar as séries históricas dos dados, utilizou-se o software *IBM SPSS Statistics*, tendo-se realizado uma análise estatística com base em correlações simples e em análises de *clusters* dos dados.

Para medir a intensidade da relação entre duas variáveis quantitativas utilizou-se a análise de correlação. Esta análise pode ou não estabelecer uma relação causa/efeito entre as variáveis, sendo que, um dos métodos mais típicos de análise bivariada é o estudo da relação linear entre duas

variáveis quantitativas através dos coeficientes de correlação linear de Pearson (Miranda, Moreno and Iapichino, 1997).

A análise de *clusters* de variáveis, utilizada na análise de robustez, permite combinar múltiplas dimensões dentro de um determinado ambiente, bem como associar configurações e capacidades organizacionais, por forma a compreender padrões de relacionamentos que respondam às diferentes variáveis. O objetivo deste método é, assim, encontrar subgrupos de variáveis que se correlacionam e, por sua vez, forneçam o mesmo tipo de informação. Oferece também informações complementares sobre a estrutura subjacente às variáveis analisadas (Gonçalves, Gaio and Silva, 2016).

Ainda na análise de robustez, por forma a acrescentar maior informação à análise de resultados, pretendeu-se verificar como reagem os coeficientes de correlação quando se separam as séries temporais em dois períodos distintos.

Esta análise centrou-se, essencialmente, na repetição das correlações feitas no capítulo da Análise de Resultados, onde se separam as séries temporais em dois períodos: um essencialmente caracterizado pela fase de recuperação económica, entre 2006 e 2010, e outro que cobre a fase de recessão económica, entre 2011 e 2016. Para uma análise mais detalhada aconselha-se a consulta do Anexo 7.

4 Análise de Resultados

A análise de resultados contempla um horizonte temporal de 11 anos, entre o período de 2006 e 2016, ambos inclusive. Escolheu-se o ano de 2006 por ser o ano de entrada em funcionamento do Sistema Integrado de Gestão na FAP, o que facilitou a obtenção dos dados de execução orçamental. No período em análise, a economia do país é essencialmente caracterizada pelo seu défice, pela dívida pública e por um crescimento económico mais lento, bastante afetado pelas mais recentes crises do setor bancário. Somando o contexto internacional da crise de 2008 e a grande crise nacional económica e financeira de 2011, tem-se como referência esse mesmo ano que marca o início da mais recente recessão económica e serve de fronteira de análise entre uma altura de recuperação e, posteriormente, outra de recessão.

4.1 Orçamento Executado da Defesa em termos relativos (2006-2016)

Pode-se definir o teto orçamental da Defesa em termos relativos e perceber a sua influência dentro de cada fator (Brook and Candreva, 2007).

Conseguem-se analisar os gastos com a Defesa em percentagem do PIB como medida relativa de comparação do nosso país com os demais, porém numa economia que cresça mais rapidamente do que esses mesmos gastos, este aspeto pode sugerir a existência de uma redução nos mesmos, tornando-se assim importante verificar os gastos da Defesa em percentagem dos Gastos Totais do Estado e em percentagem da Despesa Efetiva (gastos do Estado sem influência da dívida pública).

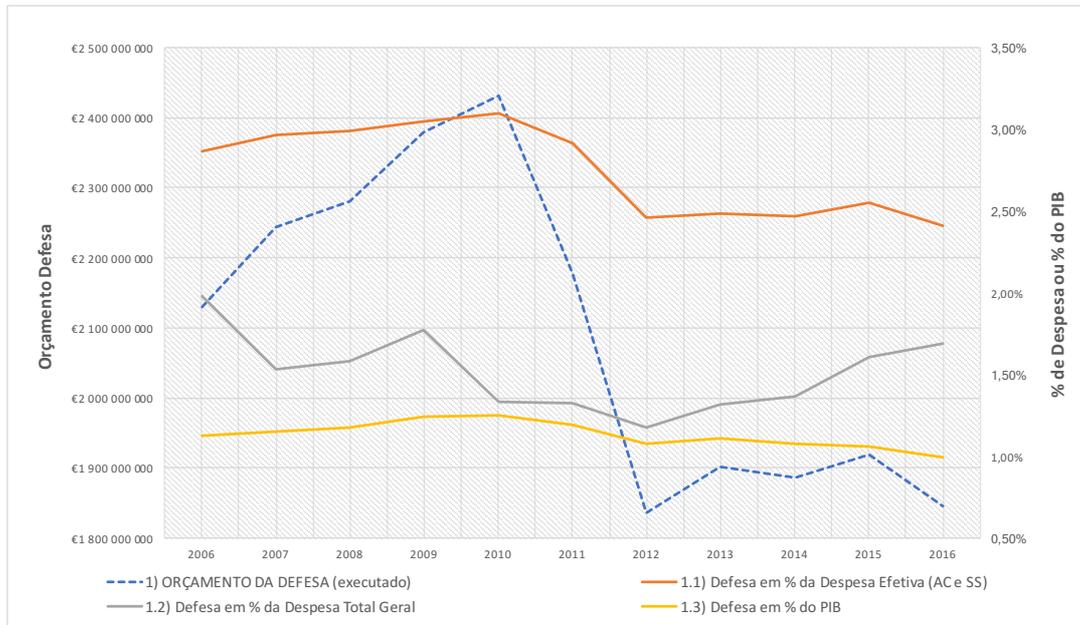


Figura 2 - Orçamento executado da Defesa em termos relativos 2006-2016

Tabela III - Correlações Relativas da Defesa

		O. DEFESA (exe)	Desp. Efetiva	Desp. Total (func)	PIB
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation	1			
	Sig. (1-tailed)				
	N	11			
Despesa Efetiva	Pearson Correlation	,462*	1		
	Sig. (1-tailed)	0,076			
	N	11	11		
Despesa Total (funções)	Pearson Correlation	,428*	0,295	1	
	Sig. (1-tailed)	0,094	0,189		
	N	11	11	11	
PIB	Pearson Correlation	,843***	0,336	0,029	1
	Sig. (1-tailed)	0,001	0,156	0,467	
	N	11	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Analisando o gráfico da figura 2, juntamente com a tabela de correlações relativas (tabela III), consegue-se verificar se os gastos com a Defesa têm tido um comportamento de acordo com a tendência geral dos gastos do Estado. Na tabela de correlações, ao contrário do gráfico, em vez de valores relativos utilizaram-se os valores absolutos de cada indicador, de forma a correlacioná-los independentemente.

De acordo com os resultados obtidos, o PIB mostra-se o indicador com maior coeficiente de correlação e com maior significância, seguido respetivamente pela Despesa Efetiva e pela Despesa Total, mas com coeficientes e níveis de significância menores. Isto demonstra que, para além do PIB ser um excelente indicador para aferir possíveis alterações no comportamento dos gastos com a Defesa, a realidade das Forças Armadas está dentro da conjuntura macroeconómica do Estado e, de uma forma geral, as alterações à execução do orçamento da Defesa têm uma forte relação com as alterações verificadas ao nível da despesa da Administração Central e ao nível geral do Estado. Porém, apesar de estar dentro da evolução macroeconómica, ainda fica bastante longe de objetivos fixados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que estabelece um mínimo de despesa do Estado na Defesa em 2,00% do PIB nacional. Portugal contabiliza o seu máximo em 2010 de 1,25% e o seu mínimo atualmente em 2016 de 1,00%. Necessita-se, assim, de um maior investimento na Defesa, de forma a renovar as capacidades operacionais e a cumprir os tratados e acordos estabelecidos internacionalmente.

4.2 Orçamento da Defesa vs. Saldo Global

Portugal é um país que se caracteriza economicamente por ter um Saldo Global negativo ou défice. Muitas das medidas de controlo do défice passam, essencialmente, pelo corte de despesas do Estado e pelo aumento da receita, feito através do aumento da carga contributiva ou impostos.

Saber se o comportamento do défice se relaciona com a despesa feita na Defesa pode ser um bom macro indicador para prever futuros comportamentos orçamentais (Brook and Candreva, 2007).

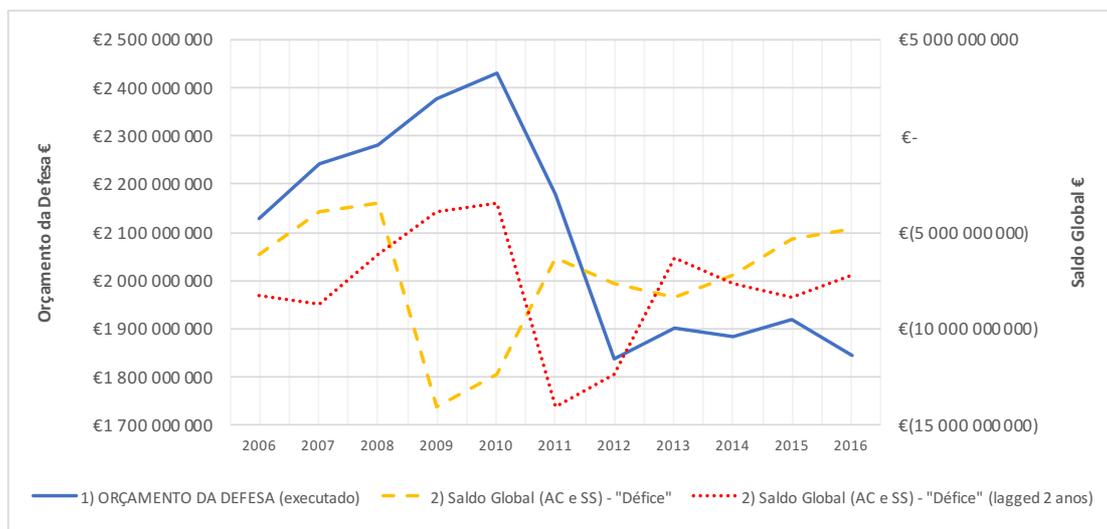


Figura 3 - Orçamento da Defesa vs. Saldo Global

Tabela IV - Correlações da Defesa vs. Défice

		O. DEFESA (exe)	Saldo Global	SG1 lagged	SG2 lagged
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation	1			
	Sig. (1-tailed)				
	N	11			
Saldo Global	Pearson Correlation	-0,399	1		
	Sig. (1-tailed)	0,112			
	N	11	11		
SG1 lagged	Pearson Correlation	-0,184	0,216	1	
	Sig. (1-tailed)	0,294	0,261		
	N	11	11	11	
SG2 lagged	Pearson Correlation	,423*	-0,485	0,174	1
	Sig. (1-tailed)	0,098	0,065	0,304	
	N	11	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

De acordo com os resultados obtidos, consegue-se verificar no gráfico da figura 3 que o orçamento executado da Defesa, aparentemente, não encaixa na evolução do Saldo Global. Inclusivamente, na tabela IV apresenta-se um coeficiente de correlação negativo. Contudo, depois de avançar o Saldo Global consecutivamente um ano e depois dois, a tabela de correlações mostra uma inversão do coeficiente de correlação e uma melhoria significativa no seu nível de significância, o que demonstra que o Saldo Global tem um efeito *lagged* de dois anos no orçamento executado da Defesa. Ou seja, ao nível da Defesa, o Saldo Global do ano N só irá produzir efeitos em $N+2$ apresentando, assim, um efeito atrasado de dois anos, tornando-o um indicador estratégico de elevada importância ao nível do planeamento orçamental. Com o coeficiente de correlação positivo conclui-se que se o Saldo Global aumentar, dentro de dois anos, os gastos com a Defesa irão aumentar também.

4.3 Componentes da despesa pública por Funções

Entre 2006 e 2016 o orçamento executado da Defesa diminuiu cerca de 13%. É assim importante analisar o modelo em que as despesas governamentais foram organizadas, de forma a perceber que políticas têm sido adotadas e que relações se podem estabelecer entre os diferentes programas e funções governamentais.

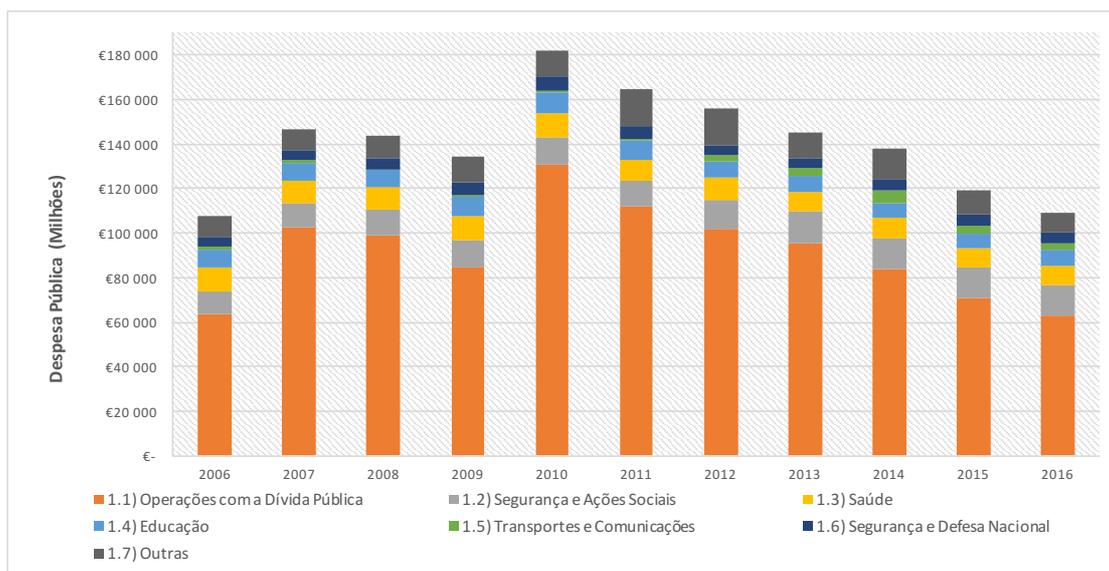


Figura 4 - Despesa Pública Total

No gráfico da figura 4 nota-se como a economia portuguesa é essencialmente uma economia de dívida pública, onde as suas variações se traduzem, em termos absolutos, na variação da despesa total. Porém, é importante verificar dentro das demais funções do Estado, quais são as que têm sofrido a maior influência resultante dos constrangimentos macroeconómicos.

Analisando a tabela V, consegue-se observar claramente dois níveis de gestão: um primeiro, ao nível da dívida pública e das despesas totais, onde se nota quais as funções do Estado que, ao nível da despesa, têm menor elasticidade e quais as que melhor acompanham o que chamamos de “despesa em função da dívida pública”; e um segundo, ao nível da gestão das políticas sociais do Estado, onde dentro das funções com menor elasticidade, se gere o equilíbrio orçamental das mesmas.

Tabela V - Correlação da Despesa Pública (funções)

		Desp. Total	Dívida Pública	Seg. e A. Sociais	Saúde	Educação	Transp. e C.	Seg. e DN	Outras
Despesa Total (funções)	Pearson Correlation	1							
	Sig. (1-tailed)								
	N	11							
Dívida Pública (funções)	Pearson Correlation	,989***	1						
	Sig. (1-tailed)	0							
	N	11	11						
Segurança e Ações Sociais (funções)	Pearson Correlation	-0,08	-0,159	1					
	Sig. (1-tailed)	0,408	0,321						
	N	11	11	11					
Saúde (funções)	Pearson Correlation	0,352	0,391	-,705**	1				
	Sig. (1-tailed)	0,144	0,117	0,008					
	N	11	11	11	11				
Educação (funções)	Pearson Correlation	0,328	0,382	-,492*	,694***	1			
	Sig. (1-tailed)	0,162	0,123	0,062	0,009				
	N	11	11	11	11	11			
Transportes e Com. (funções)	Pearson Correlation	-0,253	-0,348	,722***	-,745***	-,821***	1		
	Sig. (1-tailed)	0,226	0,147	0,006	0,004	0,001			
	N	11	11	11	11	11	11		
Segurança e DN (funções)	Pearson Correlation	,649**	,645**	0,129	0,18	,614**	-0,314	1	
	Sig. (1-tailed)	0,015	0,016	0,353	0,298	0,022	0,174		
	N	11	11	11	11	11	11	11	
Outras (funções)	Pearson Correlation	,547**	,439*	0,067	0,081	-0,187	0,242	0,109	1
	Sig. (1-tailed)	0,041	0,088	0,423	0,407	0,291	0,237	0,375	
	N	11	11	11	11	11	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Particularmente, os resultados mostram altos coeficientes de correlação e altos níveis de significância entre a Despesa Total, a Dívida Pública, a Segurança e DN e Outras, o que demonstra que são as componentes com maior elasticidade as que têm sofrido maiores variações quando influenciadas pela dívida pública e pelas políticas económicas. Em suma, são as que têm sofrido os maiores cortes em função das variações da despesa total que, como se verificou, estão altamente dependentes da dívida pública, ao contrário das demais que aparentam não ter uma variação tão ampla.

No segundo grupo, observa-se a gestão das políticas sociais que equilibram aquilo que parece ser o mais “socialmente apelativo”, mas da mesma forma, um investimento em estabilizadores automáticos da economia, uma vez que mantêm um nível mínimo de consumo privado relevante

para a economia em períodos de recessão. Consequentemente, este grupo forma componentes menos elásticos onde as suas variações negativas servem, essencialmente, para colmatar outras variações positivas dentro do grupo.

Depois dos grandes cortes efetuados ao nível do primeiro grupo, que servem essencialmente para aliviar a pressão feita pela variação da dívida pública, verifica-se, durante os anos de 2011 a 2014, um atípico aumento nas despesas do estado em Transportes e Comunicações em cerca de 741%, aumento que contrasta com as reduções sentidas na Educação, de 23%, e na Saúde, de 16%. Durante o mesmo período a despesa em Segurança e Ação Social aumentou 6%, o que parece normal visto a taxa de desemprego aumentar de 10,8% para 13,9%, tendo atingido o seu pico máximo em 2013 com valores de 16,2%.

Contudo, seguindo a mesma lógica, depois de 2014 a taxa de desemprego tem vindo a diminuir continuamente, atingindo os 11,1% em 2016, mas a despesa com Segurança e Ação Social não acompanhou essa redução, chegando até a aumentar ligeiramente, confirmando-se a sua função como estabilizador automático da economia.

Depois de 2014, observa-se também a alteração de várias das tendências até então verificadas, não se notam grandes variações em todas as funções exceto nos Transportes e Comunicações que tiveram um corte de 46% e nas Outras funções do estado que sofrem um corte de 36%.

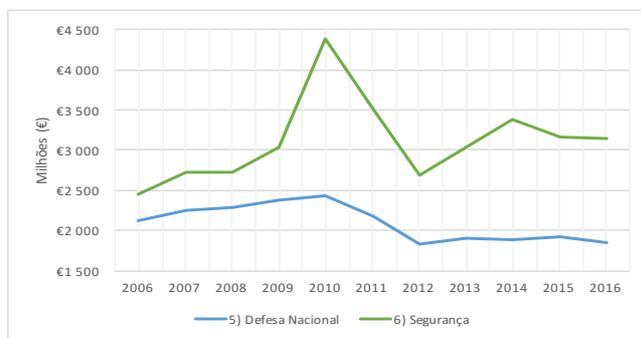


Figura 5 - Segurança e Defesa Nacional (Funções)

Dentro das despesas de Segurança e DN, isolando o orçamento executado da Defesa das outras componentes, verifica-se que, apesar das grandes variações, as outras componentes da Segurança conseguiram, comparativamente com 2006, aumentar a sua dotação. O mesmo não se verifica na

DN, sendo possível concluir que dentro das despesas funcionais da Segurança e DN do Estado, os recursos alocados à Defesa têm vindo a diminuir e os recursos alocados a outras áreas da Segurança têm vindo a crescer.

Desta forma, conclui-se que a DN não chega a beneficiar-se em qualquer um dos cenários, por um lado, pela função de Segurança e DN, que é considerada uma despesa flexível que responde primeiramente à conjuntura económica provocada pela dívida pública, e por outro lado, pela afetação de recursos, nota-se uma prioridade acrescida de outras áreas da Segurança.

4.4 Orçamento da Defesa

Analisando agora mais especificamente o orçamento da Defesa, todos os Ramos demonstram elevados coeficientes de correlação e elevados níveis de significância com o da Defesa, o que sugere não haver uma evolução díspar entre cada um deles (tabela VI).

Tabela VI – Correlações Defesa Nacional (Orçamentos Executados)

		O. DEFESA (exe)	Orç. FAP (exe)	O. Exe. (exe)	O. Mar. (exe)	O. SC (exe)	PIB
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation	1					
	Sig. (1-tailed)						
	N	11					
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	,921***	1				
	Sig. (1-tailed)	0					
	N	11	11				
Orç. Exe. (executado)	Pearson Correlation	,974***	,915***	1			
	Sig. (1-tailed)	0	0				
	N	11	11	11			
Orç. Mar. (executado)	Pearson Correlation	,944***	,863***	,902***	1		
	Sig. (1-tailed)	0	0	0			
	N	11	11	11	11		
Orç. SC (executado)	Pearson Correlation	-0,225	-,464*	-0,372	-0,305	1	
	Sig. (1-tailed)	0,253	0,075	0,13	0,181		
	N	11	11	11	11	11	
PIB	Pearson Correlation	,843***	,799***	,789***	,806***	-0,136	1
	Sig. (1-tailed)	0,001	0,002	0,002	0,001	0,345	
	N	11	11	11	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

O que chama a atenção é o mesmo não acontecer com os Serviços Centrais (SC) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) que, entre 2006 e 2016, aumentaram o seu orçamento executado em 53%. Este aumento pode ser explicado pelo efeito da LPM que é executada pelos SC, nomeadamente na aquisição e manutenção dos Sistemas de Armas, bem como a despesa relacionada com a reformulação da Saúde Militar e correspondentes despesas no Hospital das Forças Armadas.

Face a 2006, a FAP sofreu um corte de 29% no seu orçamento executado, a Marinha um corte de 10% e o Exército de 26%, e, apesar do orçamento da Defesa executado também diminuir em 13%, nota-se um exponencial aumento da dotação orçamental executada dos SC, este aumento, como referido anteriormente, é essencialmente alocado à execução da LPM que não está na gestão dos Ramos, mas sim dos SC. Ainda assim, a ausência de um comportamento díspar entre os ramos, ou esta alta correlação, pode não ser necessariamente boa, pois cada um conta com as suas próprias necessidades e características individuais que têm de ter um reflexo orçamental. É necessário medir o impacto de cada corte em cada ramo e saber as necessidades que partilham e que prioridades podem ser definidas para, durante um período de recessão, aliviar um corte orçamental com maior impacto num determinado ramo. Um planeamento orçamental deste género teria de ser obrigatoriamente de médio prazo e não para o ano seguinte.

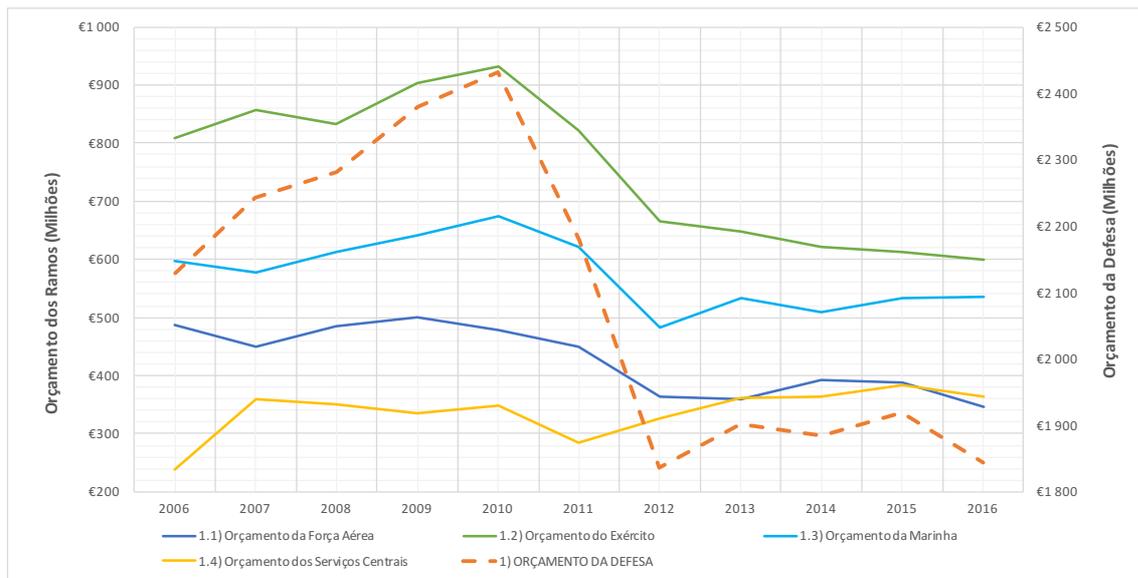


Figura 6 - Análise da Defesa

Para além das percentagens relativas, na figura 6, destaca-se o facto de a execução orçamental da FAP, em 2016, já se encontrar abaixo da execução orçamental dos SC.

4.5 Análise Organizacional

Nesta dissertação, as variáveis escolhidas para analisar a FAP ao nível interno correspondem em média a cerca de 80% do orçamento executado do Ramo. Os outros 20%, não contemplados na análise dos dados, estão associados a várias tarefas e operações de apoio, dispersas por toda a organização e de elevada complexidade de aferição. Em 2016 os dados analisados chegam a atingir 90% do orçamento executado.

4.5.1 Plano de Desenvolvimento Sustentado (Operacional) - PDSO

Tendo em consideração o período analisado, os gastos com o Pessoal são a maior componente da execução orçamental da FAP, correspondendo em média a cerca de 59% do orçamento, tendo em 2016 chegado aos 67%.

Desta forma, em 2012, a FAP desenvolveu o PDSO que propunha, dentro de um determinado nível de ambição, através da diminuição do efetivo da organização, progressivamente derivar os gastos com o pessoal para financiar o RE e assim, aumentar as HV.

Quando se construiu o PDSO os gastos com o Pessoal tinham um impacto de 80% no ORG e planeou-se, até 2020, reduzir esse impacto em 20%. Porém, em 2016, a percentagem chegou aos 88%, muito longe da meta de 67% estabelecida no PDSO. Para além da redução do ORG, a

explicação assenta na progressiva redução dos cortes remuneratórios e na reposição dos subsídios de férias e de Natal, bem como no aumento das contribuições da entidade patronal.

Tabela VII – Plano de Desenvolvimento Sustentado Operacional (2012 vs. 2016)

INDICADOR	2012	2016
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	1 836 130 420,27 €	0,48%
1.1) Orçamento da Força Aérea	363 714 879,86 €	-5,07%
1.2) Orçamento do Exército	664 817 664,12 €	-9,87%
1.3) Orçamento da Marinha	482 221 816,66 €	11,08%
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	325 376 059,63 €	12,09%
2) PESSOAL (ORG)	213 752 082,10 €	8,01%
2.3) Efetivo (Ativo)	6458	-7,96%
2.4) Efetivo (Civil)	1021	-31,24%
2.5) Efetivo (Ativo+Reserva+Civil)	8334	-11,64%
3) ATIVIDADE AÉREA (HV)	15053	11,75%
3.1) Custo Atividade Aérea (€)	48 732 488,64 €	12,70%
3.2) Custo Pessoal Atividade Aérea (€)	19 746 315,88 €	57,05%
4) PROGRAMA DE OBRAS (DI)	1 044 132,49 €	370,44%
5) ENCARGOS CORRENTES	17 396 302,82 €	-8,56%
6) Custo de Apoio à Atividade Aérea (€)	163 163 920,37 €	-41,25%
7) Outros Encargos (€)	82 789 873,81 €	-53,31%

de efetivo em 11,64%, essencialmente provocado pela saída de pessoal civil. Porém, os custos com o Pessoal aumentaram 8,01% e, apesar desse aumento, conseguiu-se aumentar também o RE em cerca de 12% de HV.

Contudo, como foi possível aumentar ambos os custos de pessoal e o RE com uma menor dotação orçamental disponível e executada?

As dotações analisadas aproximam-se, em média, de 80% dos custos da organização e os outros 20% foram identificados como “Outros Encargos”. Em relação ao ano de 2012, conforme se consegue observar na tabela VII, a componente de “Outros Encargos” sofreu uma redução muito significativa de 53,31%.

Em conjunto, ao analisar-se a estrutura de custos da FAP, quando retirados os custos com o pessoal, conseguem-se dividir as componentes que sobram em dois grandes subgrupos: os custos da Atividade Aérea (AA), associados à estrutura operacional e ao RE, e os custos das Atividades de Apoio à AA, compostos por todas as outras atividades que suportam a estrutura operacional. É de salientar que os custos de Apoio à AA, como mostra a tabela VII, tiveram uma redução de 41,25%, destacando-se assim como o principal alvo do impacto das sucessivas reduções orçamentais.

Tendo em consideração que os anos entre 2012 e 2016 pertencem ao período de crise económico-financeira, na tabela VII, observa-se que o Orçamento da FAP diminuiu 5,07% e, dentro deste, o seu ORG diminuiu 1,33%. Verifica-se também uma redução

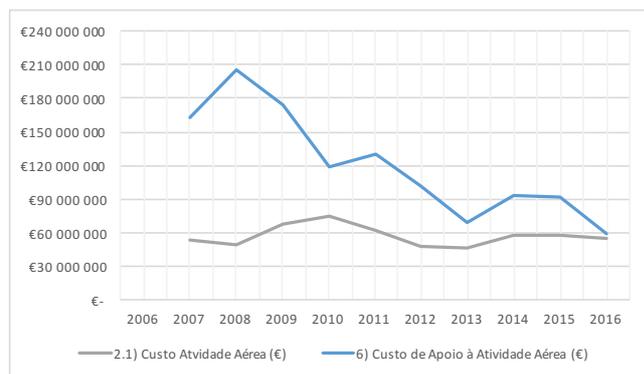


Figura 7 - Atividades Aéreas vs. Atividades de Apoio

Com um menor orçamento e aumentando os custos com o pessoal, foi possível aumentar o RE, em HV, simplesmente porque se cortaram nas atividades de apoio à atividade aérea, atividades que, maioritariamente, não se encontram discriminadas nesta dissertação. Este aspeto está mais detalhado no capítulo 4.5.3 (Análise da AA e RE).

Tabela VIII - Pré-crise vs. Pós-crise (2007 vs. 2016)

INDICADOR	2006	2007	2016
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	2 130 050 999,08 €	2 243 518 604,74 €	-17,77%
1.1) Orçamento da Força Aérea	486 862 108,89 €	449 223 938,11 €	-23,14%
1.2) Orçamento do Exército	807 827 692,38 €	856 916 525,39 €	-30,07%
1.3) Orçamento da Marinha	596 811 810,56 €	578 146 972,39 €	-7,35%
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	238 549 387,25 €	359 231 168,86 €	1,53%
2) PESSOAL (ORG)	233 417 107,22 €	232 172 261,33 €	-0,56%
2.3) Efetivo (Ativo)	7237	7112	-16,42%
2.4) Efetivo (Civil)	1366	1303	-46,12%
2.5) Efetivo (Ativo+Reserva+Civil)	9340	9134	-19,38%
3) ATIVIDADE AÉREA (HV)	24477	21475	-21,67%
3.1) Custo Atividade Aérea (€)	- €	53 887 756,41 €	1,92%
3.2) Custo Pessoal Atividade Aérea (€)	- €	14 830 080,82 €	109,11%
4) PROGRAMA DE OBRAS (DI)	9 870 574,41 €	6 177 434,33 €	-20,49%
5) ENCARGOS CORRENTES	17 502 754,65 €	17 016 451,75 €	-6,51%
6) Custo de Apoio à Atividade Aérea (€)	- €	163 163 920,37 €	-63,55%
7) Outros Encargos (€)	- €	173 931 132,46 €	-72,38%

Comparando agora o ano de 2007 (pela ausência de dados do custo de AA em 2006) com ano de 2016, consegue-se aferir o real impacto da crise económico-financeira.

Em relação a 2007

(tabela VIII), a Defesa sofreu um corte no seu Orçamento de quase 18%, porém quando comparado com 2012 (tabela VII), nota-se um ligeiro crescimento do orçamento da Defesa. A FAP, por sua vez, aumenta o seu decréscimo no orçamento de 5,07% para 23,14%.

A variação do custo do Pessoal e do custo da AA é quase nula, o que evidencia que a sua evolução pode estar associada também a um conjunto de fatores externos não orçamentais.

Verificam-se grandes reduções do efetivo num total de 19,38%, repetindo-se a análise feita, ou seja, um menor efetivo essencialmente provocado pela saída de pessoal civil (-46,12%), mas sem uma significativa alteração nos custos com o Pessoal (-0,56%).

Em relação à AA, apesar de haver uma redução no número de HV de 21,67%, o custo da mesma chega a subir 1,92%, essencialmente provocado por fatores não diretamente relacionados com o seu *output* (HV), mas com manutenções, infraestruturas e operações.

Volta-se também a verificar o já defendido anteriormente, os custos com “Outros Encargos” sofrem uma redução de 72,38%, integrando o subgrupo dos custos das Atividade de Apoio à AA que sofre um corte de 63,55%. Mostra-se assim as principais componentes na gestão da redução orçamental, ou por outras palavras, as componentes mais afetadas com a crise económico-financeira.

Esta análise do PDSO serve assim como referência a anteriores tentativas de reforma, em resposta a grandes reduções orçamentais. Salienta-se que, em 2012, depois de analisada toda a conjuntura macroeconómica e as tendências organizacionais da altura, devido a fatores exógenos, não foi possível prever a evolução de certas variáveis, como o comportamento do orçamento de Pessoal, o que de certa forma levou ao insucesso do PDSO.

Acima de tudo, a falha do PDSO contribuí para um melhor planeamento orçamental, na medida em que demonstra como fatores externos conseguem influenciar as reformas organizacionais implementadas, e reforçam a relevância de tais fatores num contexto de planeamento orçamental a médio/longo prazo.

4.5.2 Análise do Efetivo e Despesas Associadas

Numa análise mais detalhada do orçamento de pessoal, apesar de atualmente este apresentar pouca variação quando comparada com o orçamento de 2006, vemos que ao longo dos últimos 10 anos o mesmo tem sofrido grandes variações. Conta com o seu pico máximo em 2010, com 283 milhões de euros, e o seu mínimo, em 2012, com 213 milhões de euros.

Apesar de uma diminuição significativa e contínua do número de efetivos, o orçamento de Pessoal da FAP adota um comportamento mais singular com variações que não correspondem diretamente a essa tendência.

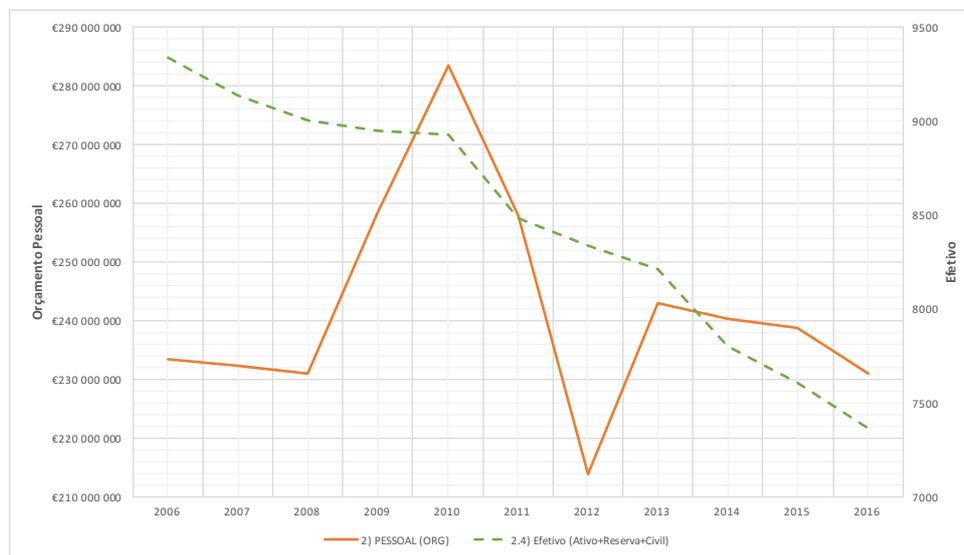


Figura 8 - Gastos Pessoal vs. Efetivo da Força Aérea

A redução do número de efetivos causa uma diminuição dos custos com o Pessoal, porém essa relação pode ser afetada quando incluídos mais alguns fatores internos e externos que podem derivar do ambiente de recessão económica.

É expectável que, seguindo alguns indicadores, como a taxa de inflação e a taxa de desemprego, haja medidas que visem o congelamento de salários e o aumento do tempo de serviço em cada posto, anulando desta forma as progressões horizontais e os aumentos nominais salariais, respetivamente (Martins and Portugal, 2014). Todas estas medidas tornam o comportamento do orçamento de Pessoal altamente variável, podendo a qualquer momento, fruto de oscilações da conjuntura macroeconómica, aumentar ou diminuir.

Para explicar estas variações são também apresentados alguns dados como: em 2009 houve um aumento à função pública de 2,9% (Portaria 1553-D/2008, 31Dez), já em 2010, as despesas de representação passaram a ser extensíveis a mais funções/postos (DL 296/2009, 14Out), para além disso, em 2010, ocorreram também alterações no suplemento de condição militar; consecutivamente, em 2011 passou a existir a figura de “redução remuneratória” (Lei 55(A) 2010, 31Dez, OE 2011) e, em 2012, não se pagou o subsídio de férias nem de Natal para rendimentos superiores a 1100€, com outras alterações também para os restantes escalões de rendimentos (OE 2012).

Outro problema ligado atualmente ao pessoal são as pensões de reforma que, por norma, deve ser a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Contudo, legalmente, a FAP tem de assegurar o pagamento dessas pensões até que os respetivos militares transitem para a esfera orçamental da CGA, isto sem um prazo limite vinculativo. Porém, o pagamento de pensões provisórias de reforma tem incrementado os custos com o pessoal nos últimos anos, uma vez que o período de transição destes encargos tem aumentado significativamente. A título de exemplo, no corrente ano, no mês de junho, esta situação estava a provocar um défice de 8 milhões de euros, considerando os fatores de planeamento utilizados para 2017.

Em relação a 2006, com a saída do pessoal em regime de contrato e sem a respetiva reposição integral, verificou-se uma elevada diminuição do pessoal militar no ativo (-17,87%) que, acompanhada pelo grande corte de pessoal civil (-48,61%), conduziu à diminuição geral do efetivo em 21,16%.

Contabilizando o pessoal civil, bem como o pessoal militar na situação de ativo e reserva, em 2006, o efetivo contava com 9340 elementos, passando para 7364 elementos, em 2016. Face a esta diminuição, coloca-se a questão de saber que consequências é que a mesma traz para a estrutura, as atividades e as tarefas da FAP. Objetivamente o trabalho não desaparece, sendo que novas tarefas e programas são criados para substituir outros que eram executados com um maior número de efetivo. Apesar dos gastos com o Pessoal estarem inevitavelmente associados a fatores exógenos

da organização, a alteração do número de efetivos demonstra-se uma peça fundamental na sustentação da premissa da reestruturação organizacional. Obriga, desta forma, à alteração do plano de atividades, elaborado pelos respetivos centros financeiros, na afetação de recursos humanos, o que pode originar significativas folgas orçamentais e um melhor aproveitamento desses recursos noutras atividades como o próprio RE.

4.5.3 Análise da Atividade Aérea e do Regime de Esforço

Parte da missão da FAP passa por cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas e na defesa aérea do espaço nacional. Esta vertente é o *core business* da organização. Assim sendo, quando confrontados com um grande período de recessão orçamental, a gestão de recursos passa por assegurar ao máximo a operacionalidade dos sistemas de armas e das tripulações, reforçando que, em alturas de cortes orçamentais, planear é essencial, por forma a assegurar a sustentabilidade da missão, mesmo que isso obrigue a fortes reestruturações da própria organização.

Sabe-se também que o Orçamento de Pessoal é a componente principal da estrutura de custos da FAP e que, quando retirado do orçamento total, a diferença é atribuída a operações, manutenção, funcionamento e outros gastos diversos. Quando se atribui à estrutura operacional da FAP (bases, esquadras, aeronaves, manutenções dos sistemas de armas, combustível operacional) um conjunto de dotações para suportar esses custos associados¹⁰, o que sobra é então alocado a atividades de apoio (obras, encargos correntes, manutenções de infraestruturas, logística, formação e outras).

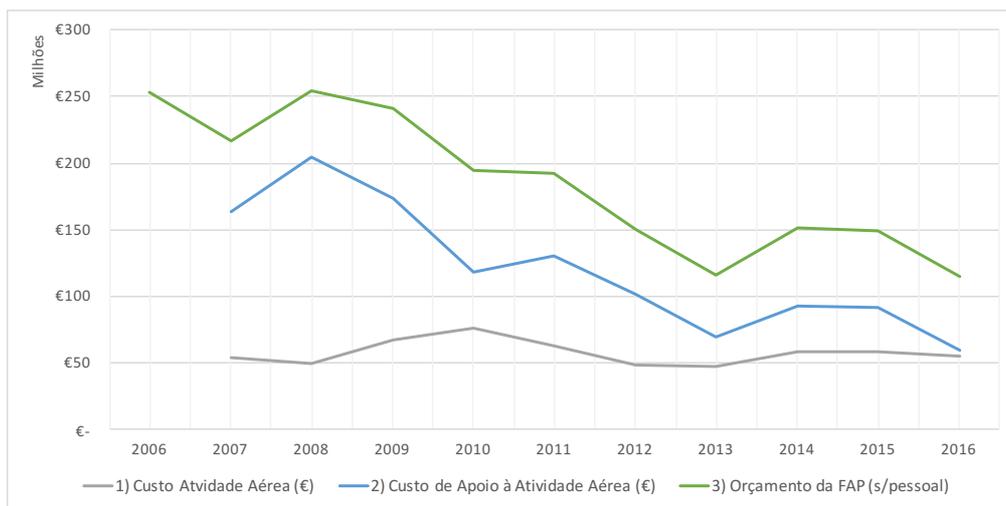


Figura 9 - Orçamento da Força Aérea (sem pessoal)

¹⁰ O custo da AA é calculado segundo os custos das HV para entidades públicas -Anexo 10

Comparando estes dois subgrupos, consegue-se observar, através da figura 8, que o custo da AA tem oscilações muito pequenas, podendo ser quase considerado como um custo fixo associado à sua estrutura operacional. Já o custo das Atividade de Apoio à AA, para além de sofrer grandes oscilações, demonstra uma tendência decrescente, aproximando-se já atualmente do custo da AA. O que leva a concluir que a gestão da crise e do corte orçamental é essencialmente feito a partir das

Tabela IX - Correlações da Atividade Aérea

		O. FAP (s/pess)	AA (€)	Apoio AA (€)	RE (HV)	Orç. FA (exe)
Orç. FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation	1				
	Sig. (1-tailed)					
	N	11				
Custo AA (€)	Pearson Correlation	0,33	1			
	Sig. (1-tailed)	0,176				
	N	10	10			
Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation	,415*	0,157	1		
	Sig. (1-tailed)	0,101	0,333			
	N	11	10	11		
RE (HV)	Pearson Correlation	,852***	,447*	0,077	1	
	Sig. (1-tailed)	0	0,097	0,411		
	N	11	10	11	11	
Orç. FA (executado)	Pearson Correlation	,949***	,578**	,429*	,842***	1
	Sig. (1-tailed)	0	0,04	0,094	0,001	
	N	11	10	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Atividades de Apoio à AA. Juntamente com o já demonstrado no capítulo 4.5.1 e com o gráfico da figura 8, a tabela IX mostra as correlações entre o RE, os dois subgrupos (Atividades de Apoio e AA) e o orçamento executado da FAP sem a influência dos custos com o Pessoal. Considerando os custos de Pessoal como obrigatórios, todas as outras componentes serão de gestão interna. Assim, extraíndo a componente do pessoal do orçamento da FAP (Orç. FAP s/pessoal), consegue-se aferir de que forma se gerem os gastos de acordo com as necessidades da organização.

O orçamento da FAP, sem os custos de pessoal incluídos, demonstra uma correlação muito forte, de 0,906, com o orçamento executado da LPM e, outra correlação muito forte de 0,948 com o que sobra do ORG depois de deduzidos os custos com o pessoal. Da mesma forma, apesar do RE ter uma correlação nula com as Atividades de Apoio, tem uma correlação fortíssima com a gestão interna, o que leva a deduzir que as HV estão relacionadas com a componente mais variável da AA e, como tal, juntamente com as Atividades de Apoio, apresentam-se como componentes que sofrem uma maior variação. Fica assim demonstrado que as diminuições na LPM e no ORG têm tido um efeito direto nas atividades da FAP, demonstrando, cada vez mais, haver um acumular de necessidades de investimento, que nos levam para um caminho ou de eliminação de atividades ou de maiores custos de recuperação no futuro.

Ainda dentro da AA, os seus custos podem ser classificados como variáveis ou fixos, sendo os fixos, dentro da estrutura operacional, os mais influentes e os necessários para a montagem, preparação e conservação dos sistemas de armas da FAP que, como se verifica na figura 9, têm um comportamento mais rígido, mesmo durante um período de recessão orçamental.

4.5.4 Análise Orçamental

Depois da análise de Pessoal e das atividades que compõem a FAP, é importante agora perceber o contributo que cada fonte de financiamento tem para o orçamento da FAP e, dado um planeamento orçamental, quais poderão ser os possíveis *outputs*.

Analisando detalhadamente a tabela X, consegue-se observar que o orçamento executado da FAP tem correlações muito fortes com o ORG e a LPM, porém não apresenta correlação com o ORP, o que sugere que esta FF tem uma gestão independente das outras. O orçamento executado da FAP apresenta também uma elevada correlação com a gestão interna (O. FAP s/pessoal), justificando assim a rigidez dos custos com o Pessoal e sobressaindo que uma variação do orçamento irá ter um impacto enorme nas atividades da FAP, tanto nas de apoio como na sua componente mais variável da AA, o RE.

Tabela X - Correlações do Orçamento da Força Aérea

		O. FAP (exe)	PESSOAL (ORG)	FAP (s/pessoal)	Apoio AA (€)	AA (€)	Cativações F.	ORG (exe)	ORP (exe)	LPM (exe)
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	1								
	Sig. (1-tailed)									
	N	11								
PESSOAL (ORG)	Pearson Correlation	,467*	1							
	Sig. (1-tailed)	0,074								
	N	11	11							
FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation	,949***	0,165	1						
	Sig. (1-tailed)	0	0,314							
	N	11	11	11						
Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation	,429*	0,18	,415*	1					
	Sig. (1-tailed)	0,094	0,298	0,101						
	N	11	11	11	11					
Custo AA (€)	Pearson Correlation	,578**	,878***	0,33	0,157	1				
	Sig. (1-tailed)	0,04	0	0,176	0,333					
	N	10	10	10	10	10				
Cativações Finais	Pearson Correlation	,446*	0,021	,49*	-0,177	0,173	1			
	Sig. (1-tailed)	0,085	0,476	0,063	0,302	0,316				
	N	11	11	11	11	10	11			
ORG (executado)	Pearson Correlation	,921***	,717***	,772***	0,334	,738***	,407*	1		
	Sig. (1-tailed)	0	0,006	0,003	0,158	0,007	0,107			
	N	11	11	11	11	10	11	11		
ORP (executado)	Pearson Correlation	0,308	,741***	0,08	,529**	,705***	-0,194	,557**	1	
	Sig. (1-tailed)	0,178	0,005	0,407	0,047	0,011	0,284	0,037		
	N	11	11	11	11	10	11	11	11	
LPM (executado)	Pearson Correlation	,759***	-0,167	,906***	0,297	0,009	,497*	,46*	-0,308	1
	Sig. (1-tailed)	0,003	0,312	0	0,188	0,49	0,06	0,077	0,178	
	N	11	11	11	11	10	11	11	11	11

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Outro aspeto muito importante é a relação que o orçamento executado tem com as cativações legais finais, principalmente nas FF que integram a componente de Receitas Gerais, o que sugere que qualquer alteração do orçamento nestas FF é acompanhada por uma variação homóloga nas cativações legais.

Passando para a análise das atividades, a AA apresenta fortes correlações com ORG e ORP, já as Atividades de Apoio apresentam apenas forte correlação com ORP. O que sugere que, depois de retirados os custos com o pessoal, a AA tem sido essencialmente influenciada não só por dotações do ORG, mas também por dotações do ORP.

Assumindo que o ORG responde à componente de custos mais rígida da AA (estrutura operacional), deduz-se que a sua componente variável (RE) está a ser fortemente financiada pelo ORP, o que comporta elevados riscos, visto ser uma FF muito mais volátil, flexível e com pressupostos como a necessidade do duplo cabimento, a dificuldade em cobrar receita, as dívidas de clientes, entre outras, que, essencialmente, não dependem de uma boa gestão dos recursos. O mesmo acontece com as Atividades de Apoio, que sendo financiadas essencialmente por ORP, põem em causa o planeamento e a garantia da sua execução.

É de constatar então que o impacto da crise económico-financeira se traduziu em sucessivas reduções das dotações orçamentais atribuídas na FF de ORG, que têm sido parcialmente colmatadas com recurso às Receitas Próprias, o que acarreta incerteza na execução orçamental e na assunção de metas e objetivos organizacionais.

Um problema que também se tem cada vez mais intensificado são os cortes nos fundos disponíveis. Estes fundos surgiram em 2012, com a LCPA, de forma a aumentar o controlo a curto prazo nas dotações orçamentais disponíveis.

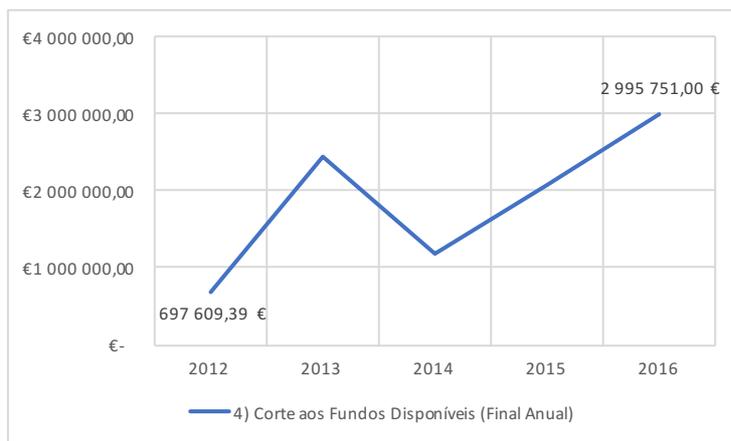


Figura 10 - Fundos Disponíveis

Porém, têm servido também para o Estado, ao longo do ano, de forma errática, condicionar a execução orçamental. Desde 2012, num contexto de elevadas restrições orçamentais, este corte tem sido um constrangimento adicional que tem impedido o lançamento atempado de procedimentos administrativos

destinados à aquisição de bens e serviços, nomeadamente no âmbito da manutenção e da sustentação dos sistemas de armas, com repercussões diretas no RE.

4.7 Análise de Robustez

Por forma a reforçar a análise posteriormente feita e apoiar as conclusões defendidas, executou-se uma análise de robustez que contempla o método de *variable clustering* e a comparação entre os coeficientes de correlação nos períodos de 2006 a 2010 e 2011 a 2016.

4.7.1 Variable Clustering

As tabelas XI a XIII apresentam os resultados da *variable clustering*, sendo que neste trabalho testaram-se soluções entre 2 e 4 *clusters*.

Para determinar o número de *clusters*, foram usados três critérios: o primeiro, o conhecimento empírico subjacente aos dados estudados, o segundo, a análise do dendrograma (Anexo 6), onde o número final de *clusters* deve conter o maior aumento de heterogeneidade entre as variáveis e, por último, o critério do “cotovelo”, onde o número final de *clusters* se encontra a seguir ao menor aumento marginal de distância absoluta.

Tabela XI - Cluster Membership Macro

Case	Cluster Membership		
	4 Clusters	3 Clusters	2 Clusters
Segurança e Ações Sociais (funções)	1	1	1
Saúde (funções)	2	2	1
Educação (funções)	2	2	1
Transportes e Com. (funções)	3	3	2
Segurança e DN (funções)	4	3	2
Outras (funções)	1	1	1
ORÇ. DEFESA (executado)	3	3	2

Analisando os primeiros resultados, no primeiro *cluster*, verifica-se uma relação entre Segurança e Ações Sociais (SAS) e Outras. É de salientar que, depois de 2011, apesar da diminuição da Despesa Total, a

despesa em SAS continua a aumentar, ao contrário da despesa com “Outras” que sofre pesados cortes orçamentais. No segundo *cluster*, estão agregadas as funções do Estado que verificam uma maior rigidez na sua despesa, funções com menores variações, que pouco se correlacionam com a tendência da Despesa Total do Estado. No terceiro *cluster*, encontram-se a Segurança e DN que englobam o orçamento executado da Defesa e os Transportes e Comunicações, verificando-se uma maior amplitude nas suas variações e conferindo-lhe assim uma maior elasticidade no comportamento.

Tabela XII - Cluster Membership Defesa

Case	Cluster Membership		
	4 Clusters	3 Clusters	2 Clusters
Orç. FA (executado)	1	1	1
Orç. Exe. (executado)	2	2	2
Orç. Mar. (executado)	3	3	1
Orç. SC (executado)	4	1	1
Orç. FA (corrigido)	1	1	1
Orç. Exe. (corrigido)	2	2	2
Orç. Mar. (corrigido)	3	3	1
Orç. SC (corrigido)	1	1	1

Da segunda análise resultaram 3 *clusters*, o primeiro que engloba o Ramo da FAP e os SC da Defesa. O segundo *cluster* engloba os orçamentos do Exército e o terceiro os orçamentos da Marinha.

Já era espectável a aglomeração de tais variáveis.

Desta forma, salienta-se apenas a aglomeração da FAP com os SC, o que sugere uma maior relação entre estas duas componentes.

Tabela XIII - Cluster Membership Força Aérea

Case	Cluster Membership		
	4 Clusters	3 Clusters	2 Clusters
PESSOAL (ORG)	1	1	1
FAP (s/pessoal)	2	2	2
Custo de Apoio AA (€)	2	2	2
ATIVIDADE AÉREA (HV)	3	3	2
Custo AA (€)	3	3	2
Cativações Finais	3	3	2
ORG (executado)	4	1	1
ORP (executado)	3	3	2
LPM (executado)	3	3	2

Por fim, da terceira análise resultaram 3 *clusters*. O primeiro associa a despesa de Pessoal com o ORG, o que mostra como o ORG é maioritariamente consumido pelos custos da estrutura de pessoal da organização. O segundo *cluster* associou o orçamento executado da FAP, sem a componente do Pessoal, ao custo das Atividades de Apoio à AA, mais uma vez sobressaindo que a gestão do impacto da crise tem sido efetuada com maior incidência na redução do financiamento das atividades de apoio. Por último, o terceiro *cluster* associa o RE (HV) e a Atividade Aérea (AA) às FF de ORP e LPM e às Cativações Legais, sugerindo, mais uma vez, uma relação de grande influência entre o ORP e a componente operacional.

4.7.2 Análise de Pré e Pós Crise de 2011

Na tabela XVI, nota-se que o orçamento executado da Defesa, antes de 2011, se correlaciona fortemente com a Despesa Efetiva e com a Despesa Total do Estado, porém, depois de 2011, essa correlação perde significância e chega mesmo a inverter o sinal do coeficiente de correlação. Esta inversão do sinal é justificada pelo facto da Despesa Efetiva do Estado aumentar, enquanto, simultaneamente, o orçamento da Defesa diminuiu.

Em relação à análise do Saldo Global, na tabela XVII, antes de 2011, nota-se um efeito *lagged* perfeito com o orçamento da Defesa de dois anos. Tal sugere que, antes da crise, o Saldo Global influenciava, no mesmo sentido e passados dois anos, o orçamento da Defesa. Porém, depois de 2011, esse efeito, apesar de ainda demonstrar alguns efeitos *lagged* de dois anos, passa essencialmente para *lagged* de um ano e o seu coeficiente inverte o sinal. Tal sugere que, em tempo de crise, para o Saldo Global aumentar prevê-se que, dentro de um ano, a despesa com a Defesa diminua.

Analisando agora as funções do Estado, segundo a tabela XVIII, em tempo de recuperação económica, as funções que mais acompanham a Despesa Total são SAS e a Segurança e Defesa Nacional. Verifica-se também que, para além de demonstrarem uma maior rigidez na despesa, as funções do Estado de Educação, Saúde e Outros têm comportamentos bastante comparáveis entre si, ao contrário de Transportes e Comunicações que apresentam um comportamento inverso a estas despesas.

Salienta-se apenas que, entre e dentro dos diferentes períodos aqui analisados, as alterações nas variáveis de despesa do estado, para além da crise económica, podem ter subjacentes ideologias e políticas partidárias, que privilegiam certas funções prioritariamente a outras.

Passando para o período de 2011 a 2016, as funções mais elásticas passam a ser a Saúde, Outras e, com um coeficiente de correlação negativo, a SAS. O que demonstra que, apesar dos grandes cortes, impostos pela crise de 2011, e da redução continuada da despesa, a despesa com SAS tem vindo continuamente a aumentar e a despesa com Outras tem vindo continuamente a diminuir.

Por sua vez, a despesa com Transportes e Comunicações, a par da SAS, quebra com o comportamento geral da Despesa do estado e recebe sucessivamente elevados aumentos, correlacionando-se negativamente com todas as outras funções exceto SAS.

Ao nível da Defesa, analisando a tabela XIX, verifica-se que antes de 2011, exceto a FAP, tanto os outros Ramos e SC acompanhavam a lógica do orçamento da Defesa. Porém, depois de 2011, para além da FAP entrar em correlação com a Defesa no geral, observa-se que os SC demonstram um coeficiente de correlação negativo, o que, apesar de acompanhar o orçamento da Defesa, fá-lo de modo inverso.

Fazendo, por fim, a análise organizacional referente à tabela XX, antes de 2011, salienta-se apenas uma correlação negativa entre as Atividades de Apoio e, juntamente com o seu *output* (HV), a AA. Isto significa que o equilíbrio, dentro de um crescimento orçamental, era balanceado entre as Atividades de Apoio e a AA. Porém, depois de 2011 verifica-se que esse equilíbrio é posto de parte e as Atividades de Apoio passam a responder maioritariamente pelos ajustamentos feitos ao orçamento da FAP, tentando-se também otimizar ao máximo o RE dentro da sua própria estrutura operacional, aproximando o que deveria ser uma componente mais variável da AA (HV) às suas componentes mais fixas (estrutura).

Por fim, a tabela XXI salienta que antes de 2011 as cativações legais não demonstravam ser um problema para o orçamento, porque enquanto o orçamento aumentava as cativações legais diminuía. Porém, depois de 2011, elas são positiva e fortemente correlacionadas com o orçamento, o que significa que as grandes reduções orçamentais vividas têm sido fortemente acompanhadas pela diminuição das cativações. Contudo isso pode significar ou não, como visto com o exemplo anterior a 2011, que, quando o orçamento subir as cativações possam subir também. Ainda antes de 2011, salienta-se a grande correlação entre os gastos com o pessoal e a AA, sobressaindo uma harmonia entre a estrutura de pessoal e estrutura operacional, bem como a harmonia entre as diferentes fontes de financiamento. Aqui, a perfeita evidência da folga orçamental

está representada pela ausência de correlações significativas do orçamento executado com todas as outras variáveis, significando que o mesmo não está dependente de nenhuma grande rúbrica.

Contudo, depois de 2011, o orçamento da FAP encontra-se forte e positivamente correlacionado com todas as outras variáveis, o que demonstra os efeitos da restrição. O orçamento da FAP, depois de retirados os custos com o Pessoal, demonstra também estar fortemente correlacionado com a AA, as Atividades de Apoio, as Cativeções, o ORG e a LPM, sobressaindo mais uma vez a perda de flexibilidade de gestão de recursos que se originou, salientada principalmente pelas Atividades de Apoio (que passam de uma ausência de correlação para uma correlação positiva quase de 1, com um nível de significância perto do 0).

5 Conclusões, Limitações e Estudos Futuros

5.1 Conclusões

5.1.1 Nível Macro e Intermédio

Em primeiro lugar, no nível macro, conclui-se que o orçamento da Defesa tem uma forte relação positiva com a despesa efetiva e a total do Estado, principalmente durante o período de recuperação económica. Porém, durante o período de recessão passa a ter uma relação negativa e, apesar de se notarem alguns aumentos na despesa Efetiva do Estado, o orçamento da Defesa continua a diminuir. O saldo global também demonstra um forte relacionamento com o orçamento da Defesa, sendo que tem um efeito *lagged* de 2 anos, ou seja, o efeito do Saldo Global só gera consequências no orçamento da Defesa passados dois anos. Esta correlação é fortemente verificada durante o período de recuperação, porém, durante o período de recessão, observa-se um efeito mais cedo, decorrido um ano, e também uma inversão do sinal do coeficiente de correlação, o que sugere que os cortes na Defesa têm servido objetivamente para melhorar o Saldo Global.

Por fim, em termos de funções do estado, pode-se aferir que se priorizou a SAS e que funções como a Saúde, a Educação e a Segurança e DN apresentam uma maior rigidez na sua despesa.

Em segundo lugar, no nível intermédio ou da Defesa, afere-se uma elevada relação entre todos os Ramos e a o orçamento da Defesa, porém, sobressai a evolução do orçamento dos SC. O mesmo mostra um elevado crescimento que contrasta com as grandes reduções orçamentais generalizadas ao nível da Defesa e dos Ramos. Na análise de robustez fica saliente também que este aumento tem, essencialmente, equilibrado as maiores reduções orçamentais no Exército e, principalmente, na FAP, revelando-se, no entanto, importante verificar se é possível que haja mais modificações, a médio/longo prazo, que façam com que o orçamento dos SC continue a aumentar.

5.1.2 Análise Micro ou Organizacional

No nível micro ou organizacional, destaca-se a ineficiência do PDSO, que perante a crise económico-financeira de 2011 definiu objetivos com base em variáveis que tiveram um comportamento diferente do expectável. Contudo, o seu insucesso demonstrou-se extremamente importante para aferir o como e o porquê de reformas com base no custo de Pessoal terem grandes dificuldades de sucesso.

Provou-se também a elevada dificuldade em gerir internamente o orçamento de pessoal, visto o seu modelo de construção orçamental, definido pela DGO, ser tratado de forma autónoma. Uma diminuição dos encargos com o pessoal, por via da redução de efetivos, não significa uma maior alocação de recursos nas AA ou nas correspondentes Atividades de Apoio, para além de que o mesmo pode ser fortemente afetado por fatores exógenos à organização.

Relativamente à componente operacional conseguem-se retirar importantes elações, a primeira é que mesmo voando substancialmente menos HV, o custo da atividade aérea não sofre significativas oscilações. Isto sugere que, a atividade aérea tem uma componente de custos fixos com bastante peso no seu cálculo do custo final. Observa-se também que a evolução do custo das atividades de apoio encaixa perfeitamente nas reduções orçamentais da FAP, sugerindo que o impacto dos sucessivos cortes orçamentais se repercutiu tanto ao nível das atividades de apoio como ao nível do RE. Com isto conclui-se, que a atual estrutura operacional não oferece flexibilidade suficiente para responder a grandes cortes orçamentais, pois a pergunta que fica é: até onde mais se pode cortar nas atividades de apoio? Qual será o mínimo que permite não por em causa toda a estrutura organizacional e por consequente toda a componente operacional?

Atualmente, sabe-se que a grande diminuição do custo das atividades de apoio deveu-se, não só, a uma melhoria na eficiência dos processos e dos consumos, mas também a um desinvestimento em toda a componente de apoio, quer ao nível das estruturas, quer do transporte e dos serviços, por isso, resta saber até onde mais podemos cortar e insistir em não reestruturar a organização de forma a eliminar componentes e atividades que atualmente se sufocam para que consigamos manter um nível operacional cada vez mais insustentável do ponto de vista financeiro.

Outro grande problema prende-se com os próprios métodos de planeamento, execução e controlo orçamental, diretamente relacionada com a falta de sensibilização dos intervenientes no processo de decisão do planeamento e execução orçamental. Estes intervenientes não deviam olhar para o planeamento como uma ferramenta que serve apenas para espelhar as necessidades e os objetivos do período, mas sim como uma ferramenta de estratégia organizacional que serve para combater as

ineficiências da organização provocadas por eventuais alterações orçamentais. É neste campo que é necessário sensibilizar os nossos comandantes de que precisamos de um planeamento orçamental ajustado à realidade financeira e não um simples nível de ambição operacional, que pode até já estar desatualizado das capacidades da FAP.

Queremos voar, sim. Mas não queremos apenas sobreviver. Tem que haver espaço para reformas da estrutura operacional que façam desaparecer o corte orçamental sofrido. Para agravar este cenário tem-se ainda a ausência de um planeamento orçamental de médio prazo no qual, apesar de já estar previsto por lei, ainda não existem instruções nem um sistema capaz de reconhecer tais processos. Em termos conceptuais, a solução passa por rever a estrutura organizacional e, em conjunto, implementar novas reformas de planeamento, execução e controlo orçamental, como é caso do método de orçamentação por programas, o chamado “*Planning, Programming, Budgeting System*” (PPBS). Mais objetivamente, seria rever a estrutura operacional, reestruturar funções e missões, otimizar e aumentar a alocação de pessoal nos serviços, redefinir objetivos estratégicos e operacionais, redefinir novos níveis de ambição para o RE, melhorar as tarefas através da subcontratação de serviços especializados, implementar programas que contribuam positivamente para a FAP, como o caso do Programa de Alienação do F-16, otimizar as infraestruturas através de parcerias públicas e investir em novos conceitos operacionais, como o caso do combate aos incêndios.

5.1.3 Conclusões Finais

Conclui-se que a FAP, entre o período de 2006 e 2016, conta com um menor efetivo, menos aeronaves, menor capacidade para executar missões e maior número de tripulações sem as qualificações necessárias. Tudo isto deriva de menores recursos humanos, financeiros e materiais. Não faz assim sentido continuar a insistir numa estrutura organizacional desatualizada e levada ao limite, baseada em soluções de curto prazo que visam meramente melhorias de eficiência, mas que, objetivamente, são tratadas como medidas de combate à crise. O planeamento orçamental deve também ser alterado e reestruturado, devendo ser tidos em consideração tanto fatores macroeconómicos como fatores de gestão ao nível organizacional.

É importante compreender que menor despesa não significa menos trabalho. Deve-se, desta forma, analisar e estabelecer programas e atividades com o objetivo de melhorar a afetação dos recursos. O orçamento não cresce simplesmente por se aplicarem melhores práticas de gestão, mas é na redefinição dos programas e atividades organizacionais que se vai eliminar o corte orçamental. Qualquer outra reforma ou alteração que vise essencialmente o princípio da economia, eficiência e

eficácia não deve ser tida em consideração como uma medida de resposta à crise económico-financeira.

A solução passa assim por uma reestruturação cuidada e planeada, tendo por base a missão da FAP, mas com novos conceitos estratégicos, uma organização flexível baseada em programas e atividades, para os quais a otimização dos recursos, humanos e materiais, é alcançada pela redefinição dos serviços e da estrutura operacional.

É essencial planear estrategicamente com vista ao médio/longo prazo, combatendo o planeamento orçamental com base incremental, que persiste numa ideologia de gastos sem uma atualização com a estratégia organizacional e que perpetua a ineficiência de períodos anteriores.

Dadas as necessidades atuais, abre-se assim a oportunidade ao estudo da viabilidade da implementação de um planeamento orçamental com base em programas, em que seja possível relacionar as obrigações operacionais com a realidade financeira da organização. O processo parte da identificação das necessidades, da determinação do seu custo, até à afetação de um conjunto de recursos, por forma a respeitar as prioridades estratégicas dentro de um determinado programa organizacional. De acordo com Jones and McCaffery (2005) as chefias, quando confrontadas com vários desempenhos negativos, devem tomar a iniciativa para implementar novas reformas nos processos e resultados. A gestão do orçamento deve estar muito mais sujeita ao controlo e às políticas organizacionais, devendo-se, desta forma, analisar as decisões de modo a avaliar melhor quais aquelas que ameaçam o desempenho organizacional e modificá-las (planear); de seguida, efetuar a afetação a vários programas que respondam operacionalmente às ameaças identificadas (programar); e por fim, afetar esses programas à atual realidade financeira (orçamentar). Este processo de decisão define-se cientificamente como o PPBS (Jones and McCaffery, 2005).

Para além de todas as vantagens já mencionadas, este planeamento permite um controlo dos recursos muito mais eficaz, a execução e cada afetação de recursos é preciosamente controlada e monitorizada, diminuindo-se desta forma desperdícios e priorizando-se as necessidades da organização.

Propõe-se assim, por forma a combater a realidade atual, uma reestruturação organizacional assente num novo conceito de planeamento e execução orçamental, o PPBS, que tendo por base fatores macroeconómicos e organizacionais, implementa a ferramenta de decisão e controlo necessária à redefinição e priorização das necessidades da FAP, sempre de acordo com os seus objetivos estratégicos e operacionais e ligada à realidade financeira da organização e do país.

5.2 Limitações e Pistas de Investigação Futura

A pesquisa e seleção da informação foi um dos processos mais complexos do trabalho. A grande quantidade de fontes de informação mostrou-se uma barreira devido à quantidade de informação díspar que havia entre elas. Cada mapa, relatório ou anuário estatístico, muitas vezes para a mesma variável, apresentava dados diferentes, o que levou a que a escolha da fonte fosse o principal pressuposto para muitas delas. Assim, de forma a ter informação fiável e comparável, a opção passou por escolher fontes como a Conta Geral do Estado e muitas vezes ignorar outras fontes internas, onde, apesar dos dados serem retirados do Sistema Integrado de Gestão, a forma como eram apresentados ou trabalhados alterava-se ao longo dos anos.

Além disso, a principal limitação que destaco é o estudo só abranger informação entre 2006 e 2016. Uma maior recolha de dados ao nível micro, referente a um maior período temporal, poderia trazer maiores benefícios ao estudo e reforçar ainda mais as conclusões apresentadas. Contudo, por forma a assegurar a fiabilidade e comparabilidade da informação, tal não foi possível.

Em relação a estudos futuros, sugere-se:

1. A médio/longo prazo voltar-se a refazer o estudo e, comparando com o atual, verificar que conclusões se podem retirar.
2. Dada a possibilidade de comparabilidade da informação, estender a análise macro e intermédia a um maior horizonte temporal, com o objetivo de estudar anteriores períodos de crise e de recuperação económica.
3. Sugere-se a continuação do trabalho deste TFM numa análise mais pormenorizada relativamente à possibilidade de se efetuar e implementar na FAP o planeamento orçamental com base em programas, o PPBS, que, a par de uma reestruturação organizacional, é o elemento chave da reforma orçamental apresentada.

Referências Bibliográficas

- Abrahamson, E. (2004) 'Avoiding Repetitive Change Syndrome', *MIT Sloan Management Review*, 45(3), pp. 93–95.
- Andrews, M. (2002) 'A Theory-based Approach to Evaluating Budget Reforms', *International Public Management Journal* 5, 2, pp. 135–134.
- Barzelay, M. and Thompson, F. (2006) 'Responsibility budgeting at the Air Force Materiel Command', *Public Administration Review*, 66(1), pp. 127–138.
- Brook, D. A. and Candreva, P. J. (2007) 'Business Management Reform in the Department of Defense in Anticipation of Declining Budgets', *Public Budgeting & Finance*. Blackwell Publishing Inc, 27(3), pp. 50–70.
- Cameron, K. S., Whetten, D. A. and Kim, M. U. (1987) 'Organizational Dysfunctions of Decline', *Academy of Management Journal*, 30(1), pp. 126–138.
- Cheney, R. B. (1991) *Annual Report to the President And Congress*. Washington DC. Disponível em: http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/annual_reports/1991_DoD_AR.pdf?ver=2014-06-24-151830-167. [Acesso em: 2017/06/05]
- Cohen, W. S. (1998) *Annual Report to the President and Congress*. Washington DC. Disponível em: http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/annual_reports/1998_DoD_AR.pdf?ver=2014-06-24-153404-623. [Acesso em: 2017/06/05]
- Costello, T. (2011) 'Better budget planning', *IT Professional*, 13(5), pp. 63–64.
- Daniel, B. F. and Walther, R. J. (2006) *A comparative history of Department of Defense Management reform from 1947 to 2005*. Naval Postgraduated School. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10945/10068>. [Acesso em: 2017/06/05]
- Dawe, R. L. and Jones, L. R. (2005) 'Transformation of national defense business management: current initiatives and future challenges', *International Public Management Review*, 6(2), pp. 9–71. [Acesso em: 2017/06/05]
- DGO (2016) *Conhecer o Processo de Orçamentação do OE*. Disponível em: <http://www.dgo.pt/politicaorcamental/Paginas/ConhecerProcessoElaboracaoOE/index.html> (Accessed: 22 June 2017). [Acesso em: 2017/06/05]
- Glassberg, A. (1978) 'Organizational responses to municipal budget decreases', *Public Administration Review*, 38(4), pp. 325–332. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=bth&AN=4596119>. [Acesso em: 2017/06/05]
- Gonçalves, T., Gaio, C. and Silva, M. (2016) *Target costing and innovation - exploratory configuration: A comparison of fsQCA, multi-variate regression and variable cluster*

analysis.

- Jones, L. R. and McCaffery, J. L. (2005) 'Reform of the Planning, Programming, Budgeting System, and Management Control in the U.S. Department of Defense: Insights from Budget Theory', *Public Budgeting & Finance*, 25(3), pp. 1–19.
- Jones, L. R. and Thompson, F. (1986) 'Reform of Budget Execution Control', *Public Budgeting & Finance*, 6(1), pp. 33–49.
- Levine, C. H. (1978) 'Organizational Decline and Cutback-Management', *Public Administration Review*, 38(4), pp. 316–325.
Disponível em:
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=bth&AN=4596113>. [Acesso em: 2017/06/05]
- Marcino, G. R. (2000) 'Obliterate Traditional Budgeting', *Financial Executive*, 16(6), pp. 29–31.
- Martins, F. and Portugal, P. (2014) 'Ajustamentos salariais durante a Grande Recessão', *Banco de Portugal. Departamento de Estudos Económicos*.
Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10400.21/5454>. [Acesso em: 2017/06/05]
- Miranda, D. R., Moreno, R. and Iapichino, G. (1997) 'Nine equivalents of nursing manpower use score (NEMS)', *Intensive Care Medicine*, 23(7), pp. 760–765.
- Roberto, M. A. and Levesque, L. C. (2005) 'The art of making change initiatives stick', *MIT Sloan Management Review*, 46(4), pp. 53–60.
- Rubin, I. (1988) *New Directions in Budget Theory*. Edited by I. Rubin. New York: SUNY Press.
- Rumsfeld, D. (2002) *Annual Report to the President and Congress*. Washington DC.
Disponível em:
http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/annual_reports/2002_DoD_AR.pdf?ver=2014-06-24-153732-117. [Acesso em: 2017/06/05]
- Schick, A. (1966) 'The Road to PPB: The Stages of Budget Reform', *Public Administration Review*, 26(4), pp. 243–258.
- Walker, D. M. (2004) 'Transitions and Transformations in the Federal Government', in Alexandria.
Disponível em:
<http://www.gao.gov/cghome/dia/fy2004tt-dia.pdf>. [Acesso em: 2017/06/05]
- Walker, D. M. (2006) *Defense business transformation: a comprehensive plan, integrated efforts, and sustained leadership are needed to assure success*.
Disponível em:
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=edsgpr&AN=gpr000596319>. [Acesso em: 2017/06/05]

Bibliografia Complementar

Governo, 1990. *Bases da Contabilidade Pública* (Lei n.º 8/1990, de 20 de fevereiro), Lisboa: Diário da República.

Governo, 1992. *Estabelece o regime da administração financeira do Estado* (Decreto-Lei n.º 155/1992, de 28 de julho), Lisboa: Diário da República.

Governo, 2012. *Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas* (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), Lisboa: Diário da República.

Governo, 2014. *Aprova a Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro), Lisboa: Diário da República.

Governo, 2015. *Lei de Enquadramento Orçamental* (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), Lisboa: Diário da República.

Legislação Interna da Força Aérea Portuguesa:

PDSO – Plano de Desenvolvimento Sustentado Operacional (2012);

Anuários Estatísticos da Força Aérea Portuguesa, (Anos: 2006 a 2016);

Relatórios de Gestão da Força Aérea Portuguesa, (Anos:2006 a 2016);

Despacho n.º 52/2008, de 30 de setembro - Ciclo Anual de Planeamento e Orçamento;

Diretiva n.º 4/1994, de 27 de julho - Planeamento do Regime de Esforço Anual da Atividade Aérea.

Documentos Públicos:

Conta Geral do Estado – Volume 1, Tomo 3, Mapa III, (Anos: 2006 a 2016);

Conta Geral do Estado – Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII, (Anos: 2004 a 2016);

Conta Geral do Estado – Volume 2, Tomo 4, (Anos: 2006 a 2016).

Bases de Dados:

INE (2017). *Atualização de valores com base no IPC* [Em linha]. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc> [Acesso em: 2017/06/05].

INE, PORDATA (2017). *Taxa de Inflação (Taxa do Índice de Preços no Consumidor): total e por consumo individual por objetivo* [Em linha]. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+Infla%C3%A7%C3%A3o+\(Taxa+de+Varia%C3%A7%C3%A3o+do+%C3%8Dndice+de+Pre%C3%A7os+no+Consumidor\)+total+e+por+consumo+individual+por+objectivo-2315](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+Infla%C3%A7%C3%A3o+(Taxa+de+Varia%C3%A7%C3%A3o+do+%C3%8Dndice+de+Pre%C3%A7os+no+Consumidor)+total+e+por+consumo+individual+por+objectivo-2315) [Acesso em: 2017/06/05].

PORDATA (2017). *PIB per capita* [Em linha]. Disponível em:

[https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+per+capita+\(base+2011\)-2297](https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+per+capita+(base+2011)-2297) [Acesso em: 2017/06/05].

PORDATA (2017). *Taxa de desemprego: total e por sexo* [Em linha]. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentage+m\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentage+m)-550) [Acesso em: 2017/06/05].

Anexos

Anexo 1 - Tarefas da Preparação do OE em n-1

Tarefa 1 - Preparação do QPPO

O processo orçamental inicia-se com a preparação do QPPO. Os Governos, no início da legislatura, apresentam à AR em concordância com a LGO, uma proposta de lei do QPPO, que deve ser debatida simultaneamente com a primeira Proposta de OE.

Nos anos seguintes, até ao final de abril o Governo tem obrigação de apresentar à AR, e posteriormente à Comissão Europeia, a revisão anual deste QPPO. A Proposta de Lei do OE, a apresentar até dia 15 de outubro, pode conter esta mesma atualização do QPPO, desde que esteja em sintonia com os objetivos definidos no PE.

Tarefa 2 - Trabalhos Preparatórios

A DGO define as regras de elaboração da Proposta do OE para cada uma das entidades. E, juntamente com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap), procede à construção da estrutura base que suporta o carregamento das linhas orçamentais.

Em paralelo ocorrem as negociações com o governo tendo em vista eventuais ajustes aos limites de despesa por programa orçamental fixados no QPPO. Posteriormente as tutelas setoriais procedem á distribuição dos plafonds dos programas orçamentais pelos diversos organismos.

Tarefa 3 - Proposta de Orçamento

As Entidades Públicas da Administração Central (AC) preparam e elaboram o seu Orçamento, e carregam o seu Projeto de Orçamento de Estado no Sistema do Orçamento de Estado (SOE) da DGO. Depois de encerrar o sistema a DGO informa o Ministério das Finanças (MF) sobre todo o processo.

Tarefa 4 - Análise e Decisão

A DGO e o MF elaboram relatórios preliminares, nos quais é aferido o cumprimento das regras orçamentais e são propostas correções se necessárias. Depois elabora-se a conta das Administrações Públicas (AP) e apura-se o valor do défice e grandes agregados.

De seguida, tendo em conta o cenário macroeconómico, o MF analisa a Conta das AP e decide ajustes. Por fim a DGO configura as regras de cativações de acordo com as regras emanadas do MF.

Os cativos são medidas de contenção determinadas pelo OE, introduzida na despesa das entidades por via de retenção de verbas, que só podem ser utilizadas mediante autorização do Ministro das Finanças.

Tarefa 5 - Elaboração da Proposta do Orçamento de Estado

O MF finaliza a versão de rascunho da Proposta de Lei e do Relatório do OE que irá apresentar em Conselho de Ministros (CM). O CM recebe e aprova a Proposta do OE, e até 15 de outubro, é apresentada pelo Governo à Comissão Europeia e à AR para aprovação.

Tarefa 6 - Aprovação

Esta última fase tem a duração legal de 45 dias. A AR discute a Proposta de Lei do OE na sua generalidade e na sua especialidade. Por fim, é elaborada a versão final da Lei do OE, que vai à aprovação do PR.

Depois de todo este processo o OE é disponibilizado em sistema para ser executado.

Anexo 2 - Ciclo do Quadro Plurianual de Programação Orçamental

Tabela XIV - Ciclo Quadro Plurianual de Programação Orçamental

EPR	Tarefa
DGO	Apresenta calendário e metodologias
MF	Lança processo orçamental (Sistema do Orçamento de Estado - SEO);
Responsáveis Sectoriais	Definem políticas orçamentais (tutela);
GPEARI	Envia informação de enquadramento macroeconómico (à DGO);
DGO	Prepara a versão inicial do QPPO;
MF	Apresenta relatório do QPPO;
Responsáveis Sectoriais	Discutem políticas e objetivos a médio prazo e aprovam o QPPO;
GPEARI	Incorpora no cenário e revê modelo;
DGO	Introduz ajustes ao QPPO;
MF	Elabora o Programa de Estabilidade;
Concelho de Ministros	Aprova o Programa de Estabilidade;
Comissão Europeia	Recebe o Programa de Estabilidade;
AR	Recebe o Programa de Estabilidade.

Anexo 3 - Proposta de Orçamento de Estado

É composta por três partes essenciais:

- Articulado da Lei - inclui os Mapas Orçamentais;
- Desenvolvimentos Orçamentais;
- Relatório do OE.

O Relatório que acompanha a Proposta de Orçamento (art.º 36.º e 37.º da LEO) do Estado contém a apresentação e a justificação da política orçamental proposta. Apresenta os pressupostos macroeconómicos do MF que presidiram à elaboração do OE. Analisa a evolução da situação

financeira das Administrações Públicas, ao nível dos diversos subsectores e elenca as prioridades políticas orçamentais setoriais de cada programa orçamental e os respetivos recursos financeiros.

Os Mapas da Lei (ou Mapas Orçamentais), como definido pela LEO, representam as previsões de receitas e as dotações de despesa, estruturadas pelas classificações orçamentais legalmente contempladas: orgânica, funcional, económica e programa.

Anexo 4 - Classificação dos Fatores de Pressão

São fatores capazes de constituírem um padrão histórico de forma a possibilitarem uma previsão do comportamento do teto orçamental da FAP.

Fatores de Nível 1

Pertencem ao primeiro nível indicadores macroeconómicos que refletem a economia do país e influenciam de forma ativa a construção do OE.

De acordo com a DGO (2016), o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do MF, faz um estudo que inclui previsões quanto à conjuntura económica internacional e em relação à evolução da economia nacional, estas previsões determinam a evolução de um número significativo de agregados de receita e de despesa do orçamento.

Por outro lado, a evolução do PIB determina o valor máximo admissível do défice das Administrações Públicas, uma vez que o objetivo para o défice é medido pelo rácio entre as duas variáveis.

Como tal e com base na construção do OE, e no Orçamento da Defesa (OD), consideram-se os seguintes fatores:

- 1 Orçamento da Defesa (nível 2) – Dotações Orçamentais totais executados por ramo e serviços centrais;
 - 1.1 Orçamento da FA;
 - 1.2 Orçamento do Exército;
 - 1.3 Orçamento da Marinha;
 - 1.4 Orçamento dos Serviços Centrais;
- 2 PIB - refere-se à soma de todas as riquezas produzidas dentro do território nacional durante o ano;
 - 2.1 Taxa de Variação Real do PIB – Variação relativa ao ano anterior;
- 3 Saldo Global (AC e SS) – diferença entre a Receita Efetiva e a Despesa Efetiva das contas consolidadas da Administração Central e Segurança Social;
 - a) Saldo Global em % do PIB

- 3.1 Despesa Efetiva (AC e SS)
- 3.2 Receita Efetiva (AC e SS)
 - 3.2.1 Contribuições para a SS, CGA e ADSE
- 4 Despesa Total Geral (Funções) – Despesa total do Orçamento de Estado subdividido nas diferentes funções do estado;
 - 4.1 Operações com a Dívida Pública
 - 4.2 Segurança e Ações sociais
 - 4.3 Saúde
 - 4.4 Educação
 - 4.5 Transportes e Comunicações
 - 4.6 Segurança e Defesa nacional
 - 4.7 Outras
- 5 Saldo Primário – Diferença entre a Receita Efetiva e a Despesa Primária à qual corresponde à diferença entre a Despesa efetiva e Juros e Encargos com a dívida pública;
- 6 Inflação (IPC) - é o nome que se dá ao processo de elevação do nível geral de preços, isto é, da média dos preços de uma economia, que provoca uma perda do poder aquisitivo da moeda. Inflação elevada é um forte sinal de instabilidade da economia;
- 7 Taxa de Desemprego Total – Representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar.
- 8 Ano de Eleições (dummy) – Variável dummy, em que 1 equivale a ano de eleições e 0 a ano de não eleições.
- 9 Governo – Refere, ao ano, que Partido governava Portugal.

Fatores de Nível 2

Pertencem ao segundo nível um conjunto de fatores que refletem as dotações orçamentais dos diferentes organismos ao nível da Defesa Nacional. Estes fatores concorrem na íntegra para o Orçamento da Defesa e vão assim de forma indireta influenciar o POFAP.

Consideram-se os seguintes fatores:

- 1. Orçamento da Defesa – Disposto em diferentes tabelas, reflete tanto o Orçamento Executado como o Orçamento Final Corrigido. De forma a ter a melhor fonte de dados, fidedigna e comparável ao nível macro, os dados foram integralmente retirados da Conta Geral do Estado (CGE) dos vários anos;
 - 1.1 Orçamento da Força Aérea – Orçamento do ramo, disposto em seguida por fontes de financiamento;
 - 1.1.1 ORG – Orçamento de Receitas Gerais;

- 1.1.2 ORP – Orçamento de Receitas Próprias;
- 1.1.3 LPM – Lei de Programação Militar;
- 1.1.4 FND – Forças Nacionais Destacadas;
- 1.1.5 LPIM – Lei de Programação e Infraestruturas Militares;
- 1.1.6 CoFin e Diversos – Outras fontes de financiamento;
- 1.2 Orçamento do Exército – Orçamento total do Ramo;
- 1.3 Orçamento da Marinha – Orçamento total do Ramo;
- 1.4 Orçamento dos Serviços Centrais – Orçamento total da soma de todos os serviços centrais e outras fontes de financiamento da Defesa; outras fontes de financiamento da Defesa;

Fatores de Nível 3

Pertencem ao terceiro nível fatores organizacionais que se relacionam de forma ativa e ajudam a compreender o estado da organização. Estes fatores foram assim agrupados em cinco grandes grupos, que nos permite analisar as principais componentes orçamentais em comparação com o core business da organização.

Consideram-se os seguintes fatores:

- 1 Orçamento da Defesa (nível 2) – Destaca-se a importância do Orçamento da FAP na análise organizacional;
- 2 Pessoal (ORG)- Analisa a despesa executada pela FAP em pessoal, com dados dos Relatórios de Gestão da FAP (RGFAP) e dos seus Anuários Estatísticos (AEFAP). São identificados também os efetivos de pessoal nos diferentes agrupamentos;
 - 2.1 Efetivo Total (Ativo+Reserva+Reforma)
 - 2.2 Efetivo (Ativo+Reserva)
 - 2.3 Efetivo (Ativo)
 - 2.4 Efetivo (Civil)
 - 2.5 Efetivo (Ativo+Reserva+Civil)
- 3 Atividade Aérea (HV) - Analisa o Regime de Esforço (RE) executado em comparação com o Custo da Hora de Voo Operacional (CHVoper), que inclui os custos de sustentação dos diferentes Sistemas de Armas e o custo dos combustíveis e lubrificantes operacionais. É também discriminado o custo do Pessoal afeto à operação
 - 3.1 Custo da Atividade Aérea (€)
 - 3.1.1 Custo dos Combustíveis e Lubrificantes Operacionais (€)
 - 3.2 Custo do Pessoal da Atividade Aérea (€)

4 Programa de Obras (DI) - Analisa a despesa executada em todas as construções novas, adaptações e grandes reparações através de dotações orçamentais afetas à Direção de Infraestruturas (DI), com dados retirados do AEFAP. É de salientar que a manutenção e reparações menores em instalações das unidades é feita pelas mesmas e não concorre para a despesa da DI.

4.1 PIDDAC – Dotações Executadas

5 Encargos Correntes - Analisa a despesa total efetuada nas rubricas de Combustíveis e Lubrificantes Terrestres adquiridos. A despesa efetuada em Alimentação, do total das verbas consignadas às unidades/órgãos para aquisição de géneros destinados à confeção de refeições. A despesa realizada com fardamento, do total dotações executadas com fardamento, análises e medalhas. E das despesas realizadas com instalações, das quais incluem o gás, a luz e a água de todas as unidades da FAP.

5.1 Combustíveis e Lubrificantes terrestres

5.2 Alimentação

5.3 Fardamento

5.4 Encargos com as Instalações

6 Custos de apoio à Atividade Aérea – Este fator é a diferença entre o total executado da FAP e a soma dos custos da Atividade Aérea com os custos do Pessoal da Atividade Aérea;

7 Outros Encargos – Este fator é a diferença entre o total executado da FAP e a soma entre os custos com pessoal, os programas de obras e os encargos correntes que vão incluir os custos com combustível e lubrificantes operacionais.

8 Contribuições para a SS, CGA e ADSE (nível 1)

9 Orçamento Final Corrigido da FAP (nível 2)

10 Cativações - Cativações legais de ORG.

11 Corte aos Fundos disponíveis – Corte final anual aos fundos disponíveis de ORG.

12 Ano de eleições – Dummy (nível 1)

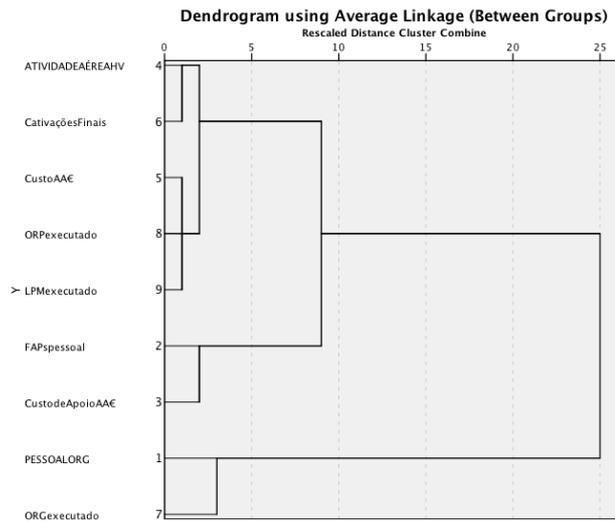
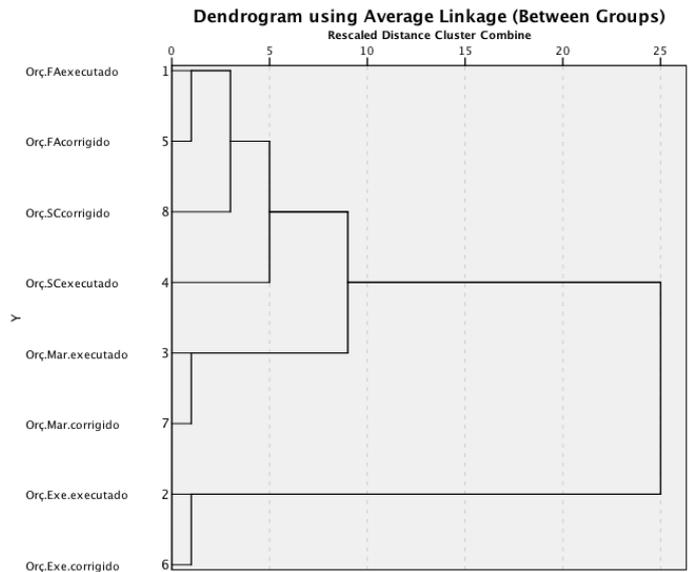
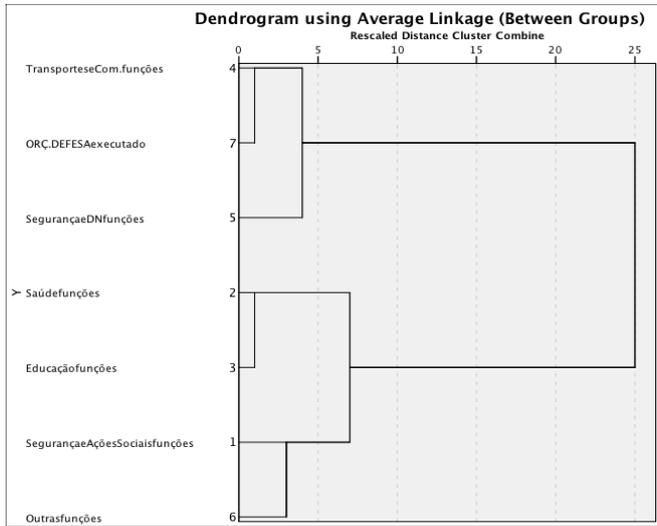
13 Governo (nível 1)

Anexo 5 - Testemunhos

Tabela XV - Testemunhos

Posto/Grau	Nome	Organização	Serviço	Código
Tenente-Coronel	Arede	FA	RGOF	1
Major	Campos	FA	RGOF	2
Major	Marado	FA	DIVOPS	3
Tenente-Coronel	Reis	FA	DIVREC	4
Tenente-Coronel	Chambel	FA	DAT	5
Major	Cardoso	FA	DI	6
Capitão	Henriques	FA	DP	7
Capitão	Calixto	FA	DAT	8
Capitão	Correia	FA	DAT	9
Major	Ribeiro	FA	DIVREC	10

Anexo 6 - Dendrogramas



Anexo 7 - Correlações (2 períodos)

Tabela XVI - Correlações Relativas da Defesa (2 Períodos)

2006-2010		O. DEFESA (exe)	Desp. Efetiva	Desp. Total (func)	PIB	2011-2016		O. DEFESA (exe)	Desp. Efetiva	Desp. Total (func)	PIB
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 5				ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 6			
Despesa Efetiva	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,995*** 0 5	1 5			Despesa Efetiva	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-0,505 0,154 6	1 6		
Despesa Total (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,806*** 0,05 5	,749* 0,072 5	1 5		Despesa Total (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,55 0,129 6	-0,568 0,12 6	1 6	
PIB	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,464 0,216 5	0,384 0,262 5	,758* 0,069 5		PIB	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,426 0,2 6	-0,048 0,464 6	-0,451 0,185 6	1 6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).
 ** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).
 *** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).
 ** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).
 *** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela XVII - Correlações da Defesa vs Défice (2 Períodos)

2006-2010				2011-2016					
	O. DEFESA (exe)	Saldo Global	SG1 lagged	SG2 lagged		O. DEFESA (exe)	Saldo Global	SG1 lagged	SG2 lagged
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 5			ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 6		
Saldo Global	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-,726* 0,082 5	1 5		Saldo Global	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,1 0,425 6	1 6	
SG1 lagged	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-0,225 0,358 5	0,276 0,326 5	1 5	SG1 lagged	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-,950*** 0,002 6	0,134 0,4 6	1 6
SG2 lagged	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,910** 0,016 5	-,835** 0,039 5	-0,226 0,357 5	SG2 lagged	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-,62* 0,094 6	0,034 0,474 6	0,581 0,113 6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela XVIII - Correlações da Despesa Pública (2 Períodos)

2006-2010		Desp. Total	Dívida Pública	Seg. e A. Sociais	Saúde	Educação	Transp. s e C.	Seg. e DN	Outras
Despesa Total (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 5							
Dívida Pública (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,995*** 0 5	1 5						
Segurança e Ações Sociais (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,729* 0,081 5	0,658 0,114 5	1 5					
Saúde (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,11 0,43 5	0,008 0,495 5	0,675 0,105 5					
Educação (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,388 0,26 5	0,291 0,317 5	,860** 0,031 5	,944*** 0,008 5				
Transportes e Com. (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-0,55 0,169 5	-0,515 0,187 5	-,751* 0,072 5	-0,217 0,363 5	-0,400 0,252 5	1 5		
Segurança e DN (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,886** 0,023 5	,837** 0,039 5	,885** 0,023 5	0,541 0,173 5	,728* 0,082 5	-0,518 0,186 5	1 5	
Outras (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,560 0,163 5	,476 0,209 5	,972*** 0,003 5	,775* 0,062 5	,898** 0,019 5	-,757* 0,069 5	,791* 0,056 5	1 5
2011-2016		Desp. Total	Dívida Pública	Seg. e A. Sociais	Saúde	Educação	Transp. s e C.	Seg. e DN	Outras
Despesa Total (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 6							
Dívida Pública (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,995*** 0 6	1 6						
Segurança e Ações Sociais (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-,759** 0,04 6	-,749** 0,043 6	1 6					
Saúde (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,646* 0,083 6	,611* 0,099 6	-,732** 0,049 6	1 6				
Educação (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,442 0,19 6	0,482 0,166 6	-,642* 0,085 6	0,017 0,487 6	1 6			
Transportes e Com. (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-0,323 0,266 6	-0,378 0,23 6	,682* 0,068 6	-0,337 0,257 6	-,678* 0,07 6	1 6		
Segurança e DN (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,188 0,36 6	0,198 0,353 6	-0,377 0,231 6	-0,329 0,262 6	,807** 0,026 6	-0,291 0,288 6	1 6	
Outras (funções)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,887*** 0,009 6	,847** 0,017 6	-,859** 0,014 6	,825** 0,022 6	0,288 0,29 6	-0,286 0,291 6	0,134 0,4 6	1 6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela XIX - Correlações da Defesa Nacional (2 Períodos)

2006-2010		O. DEFESA (exe)	O. FAP (exe)	O. Exe. (exe)	O. Mar. (exe)	O. SC (exe)	PIB
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation	1					
	Sig. (1-tailed)						
	N	5					
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	0,184	1				
	Sig. (1-tailed)	0,384					
	N	5	5				
Orç. Exe. (executado)	Pearson Correlation	,947***	0,058	1			
	Sig. (1-tailed)	0,007	0,463				
	N	5	5	5			
Orç. Mar. (executado)	Pearson Correlation	,855**	0,48	,828**	1		
	Sig. (1-tailed)	0,032	0,207	0,042			
	N	5	5	5	5		
Orç. SC (executado)	Pearson Correlation	,692*	-0,364	0,58	0,248	1	
	Sig. (1-tailed)	0,098	0,273	0,152	0,344		
	N	5	5	5	5	5	
PIB	Pearson Correlation	0,464	-0,656	0,391	0,034	,924**	1
	Sig. (1-tailed)	0,216	0,115	0,257	0,479	0,012	
	N	5	5	5	5	5	5
2011-2016		O. DEFESA (exe)	O. FAP (exe)	O. Exe. (exe)	O. Mar. (exe)	O. SC (exe)	PIB
ORÇ. DEFESA (executado)	Pearson Correlation	1					
	Sig. (1-tailed)						
	N	6					
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	,923***	1				
	Sig. (1-tailed)	0,004					
	N	6	6				
Orç. Exe. (executado)	Pearson Correlation	,912***	,833**	1			
	Sig. (1-tailed)	0,006	0,02				
	N	6	6	6			
Orç. Mar. (executado)	Pearson Correlation	,930***	,755**	,770**	1		
	Sig. (1-tailed)	0,004	0,041	0,037			
	N	6	6	6	6		
Orç. SC (executado)	Pearson Correlation	-,72*	-,661*	-,931***	-0,561	1	
	Sig. (1-tailed)	0,053	0,076	0,003	0,123		
	N	6	6	6	6	6	
PIB	Pearson Correlation	0,426	0,32	0,169	,651*	-0,066	1
	Sig. (1-tailed)	0,2	0,268	0,374	0,081	0,451	
	N	6	6	6	6	6	6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela XX - Correlações da AA (2 Períodos)

2006-2010		O. FAP (s/pess)	AA (€)	Apoio AA (€)	RE (HV)	O. FAP (exe)	2011-2016		O. FAP (s/pess)	AA (€)	Apoio AA (€)	RE (HV)	O. FAP (exe)
Orç. FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation	1					Orç. FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation	1				
	Sig. (1-tailed)							Sig. (1-tailed)					
	N	5						N	6				
Custo AA (€)	Pearson Correlation	-0,655	1				Custo AA (€)	Pearson Correlation	,687*	1			
	Sig. (1-tailed)	0,173						Sig. (1-tailed)	0,066				
	N	4	4					N	6	6			
Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation	-0,089	-,824*	1			Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation	,985***	0,551	1		
	Sig. (1-tailed)	0,444	0,088					Sig. (1-tailed)	0	0,129			
	N	5	4	5				N	6	6	6		
ATIVIDADE AÉREA (HV)	Pearson Correlation	0,389	-0,555	-,849**	1		ATIVIDADE AÉREA (HV)	Pearson Correlation	0,363	,818**	0,222	1	
	Sig. (1-tailed)	0,259	0,223	0,034				Sig. (1-tailed)	0,24	0,023	0,336		
	N	5	4	5	5			N	6	6	6	6	
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	0,518	0,325	-0,1	-0,031	1	Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation	,936***	,763**	,893***	0,583	1
	Sig. (1-tailed)	0,186	0,337	0,436	0,48			Sig. (1-tailed)	0,003	0,039	0,008	0,112	
	N	5	4	5	5	5		N	6	6	6	6	6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela XXI - Correlações Orçamento FAP (2 Períodos)

2006-2010		O. FAP (exe)	PESSOAL (ORG)	O. FAP (s/pess)	AA (€)	Apoio AA (€)	Cativações F.	ORG (exe)	ORP (exe)	LPM (exe)
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 5								
PESSOAL (ORG)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,228 0,356 5	1 5							
Orç. FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,518 0,186 5	-,715* 0,087 5	1 5						
Custo AA (€)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,325 0,337 4	,983*** 0,008 4	-0,655 0,173 4	1 4					
Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-0,1 0,436 5	0,019 0,488 5	-0,089 0,444 5	-,824* 0,088 4	1 5				
Cativações Finais	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	-,705* 0,092 5	-0,341 0,287 5	-0,207 0,369 5	-0,19 0,405 4	-0,618 0,133 5	1 5			
ORG (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,458 0,219 5	,943*** 0,008 5	-0,5 0,195 5	,980*** 0,01 4	-0,216 0,364 5	-0,339 0,289 5	1 5		
ORP (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,056 0,465 5	,878** 0,025 5	-,731* 0,08 5	,971** 0,015 4	0,485 0,204 5	-0,515 0,187 5	,694* 0,097 5	1 5	
LPM (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	0,162 0,397 5	-,920** 0,013 5	,925** 0,012 5	-,914** 0,043 4	-0,108 0,431 5	0,101 0,436 5	-,767* 0,065 5	-,885** 0,023 5	1 5
2011-2016		O. FAP (exe)	PESSOAL (ORG)	O. FAP (s/pess)	AA (€)	Apoio AA (€)	Cativações F.	ORG (exe)	ORP (exe)	LPM (exe)
Orç. FAP (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 6								
PESSOAL (ORG)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,723* 0,052 6	1 6							
Orç. FAP (s/pessoal)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,936*** 0,003 6	0,434 0,195 6	1 6						
Custo AA (€)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,763** 0,039 6	,605* 0,101 6	,687* 0,066 6	1 6					
Custo de Apoio AA (€)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,893*** 0,008 6	0,354 0,246 6	,985*** 0 6	0,551 0,129 6	1 6				
Cativações Finais	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,979*** 0 6	,614* 0,098 6	,965*** 0,001 6	,820** 0,023 6	,913*** 0,006 6	1 6			
ORG (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,901*** 0,007 6	,817** 0,024 6	,759** 0,04 6	0,543 0,133 6	,742** 0,046 6	,802** 0,027 6	1 6		
ORP (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,607* 0,101 6	0,39 0,222 6	0,592 0,108 6	0,087 0,435 6	,66* 0,077 6	0,493 0,16 6	,808** 0,026 6	1 6	
LPM (executado)	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,740** 0,046 6	0,273 0,3 6	,826** 0,021 6	,768** 0,037 6	,765** 0,038 6	,852** 0,016 6	0,381 0,228 6	0,037 0,472 6	1 6

* Correlation is significant at the 0.10 level (1-tailed).

** Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

*** Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Anexo 8 - Fatores Nível I a Preços Correntes e Contantes (2016)

Quadro 1 - Fatores Macro a Preços Correntes

INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	FONTE:
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	1 871 551 567,96 €	2 019 544 533,44 €	2 105 966 899,70 €	2 178 687 300,83 €	2 257 688 577,79 €	2 097 128 713,40 €	1 816 294 408,17 €	1 887 128 250,61 €	1 864 798 092,81 €	1 907 074 562,23 €	1 844 861 351,54 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.1) Orçamento da Força Aérea	427 777 336,63 €	404 377 189,73 €	448 640 403,49 €	457 260 868,86 €	443 312 269,26 €	432 924 400,78 €	359 785 609,54 €	355 801 510,87 €	387 063 639,86 €	386 018 521,90 €	345 278 299,91 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.2) Orçamento do Exército	709 791 073,06 €	771 369 170,20 €	769 211 010,15 €	826 279 175,72 €	864 444 024,69 €	790 346 849,75 €	657 635 532,02 €	642 456 296,65 €	614 995 451,67 €	609 555 299,21 €	599 216 920,46 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.3) Orçamento da Marinha	524 383 726,17 €	520 429 630,11 €	564 736 068,45 €	588 060 910,41 €	625 873 042,73 €	599 086 069,01 €	477 012 296,86 €	529 295 047,77 €	502 881 473,24 €	530 795 079,22 €	535 641 012,26 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	209 599 432,10 €	323 368 543,40 €	323 379 417,61 €	307 086 345,84 €	324 059 241,11 €	274 771 393,86 €	321 860 969,75 €	359 575 395,32 €	359 857 528,04 €	380 705 661,90 €	364 725 118,91 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
2) PIB	166 248 700 000,00 €	175 467 700 000,00 €	178 872 600 000,00 €	175 448 200 000,00 €	179 929 800 000,00 €	176 166 600 000,00 €	168 398 000 000,00 €	170 269 300 000,00 €	173 079 100 000,00 €	179 504 300 000,00 €	184 933 700 000,00 €	INE - PIB a preços de mercado, preços correntes, anual, (última atualização a 21/06/20)
2.1) Taxa de variação real do PIB	4,60%	5,30%	1,80%	-2,00%	2,50%	-1,90%	-4,00%	1,70%	2,20%	4,10%	3,30%	INE - Estimativas Anuais da População Residente (Base=2009), (última atualização a 21/06/20)
3) Saldo Global (AC e SS) - Déficit ou Excedente	(5 427 000 000,00 €)	(3 548 300 000,00 €)	(3 187 700 000,00 €)	(12 848 100 000,00 €)	(11 494 600 000,00 €)	(6 058 500 000,00 €)	(7 617 200 000,00 €)	(8 265 800 000,00 €)	(7 124 100 000,00 €)	(5 299 700 000,00 €)	(4 815 100 000,00 €)	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3_a) Saldo Global em % do PIB (AC e SS)	-3,26%	-2,02%	-1,78%	-7,32%	-6,39%	-3,44%	-4,52%	-4,85%	-4,12%	-2,95%	-2,60%	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.1) Despesa Efetiva (AC e SS)	65 369 000 000,00 €	68 128 700 000,00 €	70 519 000 000,00 €	71 425 600 000,00 €	72 840 700 000,00 €	71 860 900 000,00 €	73 943 700 000,00 €	75 936 300 000,00 €	75 651 300 000,00 €	74 861 600 000,00 €	76 467 600 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.2) Receita Efetiva (AC e SS)	59 942 000 000,00 €	64 580 400 000,00 €	67 331 300 000,00 €	58 577 500 000,00 €	61 346 100 000,00 €	65 802 000 000,00 €	66 326 500 000,00 €	67 670 500 000,00 €	68 527 200 000,00 €	69 561 900 000,00 €	71 652 500 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.2.1) Contribuições para a SS, CGA, ADSE	17 334 400 000,00 €	18 687 200 000,00 €	19 447 700 000,00 €	17 159 800 000,00 €	17 898 100 000,00 €	18 145 000 000,00 €	16 868 100 000,00 €	18 514 600 000,00 €	19 371 000 000,00 €	18 644 000 000,00 €	19 473 800 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
4) Despesa Total Geral (Funções)	94 712 316 943,49 €	132 073 619 110,06 €	132 843 233 210,07 €	122 762 891 846,94 €	168 911 496 635,13 €	158 691 450 429,48 €	154 624 331 479,27 €	143 601 515 179,63 €	136 136 703 174,16 €	118 455 728 969,72 €	109 236 201 819,46 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.1) Operações com a Dívida Pública	55 657 034 905,88 €	92 094 563 835,96 €	91 157 448 516,39 €	77 168 122 663,13 €	121 127 988 892,30 €	107 623 005 682,60 €	100 893 191 154,86 €	94 824 861 332,03 €	83 262 322 051,58 €	70 134 416 264,33 €	62 985 191 124,43 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.2) Segurança e Ações Sociais	9 372 985 395,66 €	9 949 368 151,21 €	10 582 681 422,70 €	11 318 611 234,57 €	11 809 815 114,39 €	11 233 243 573,86 €	12 370 829 785,92 €	13 795 470 726,67 €	13 318 637 262,78 €	13 625 712 428,90 €	13 632 247 134,26 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.3) Saúde	9 189 472 688,08 €	9 129 303 016,25 €	9 383 678 282,64 €	9 820 990 239,51 €	9 878 455 550,64 €	9 171 651 238,46 €	10 403 980 134,02 €	8 558 762 766,61 €	8 828 689 765,97 €	8 567 729 804,81 €	8 831 178 102,36 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.4) Educação	7 263 369 086,97 €	7 232 109 259,82 €	7 348 551 947,55 €	8 507 408 461,92 €	8 559 167 188,27 €	7 878 519 840,66 €	6 715 180 045,53 €	7 120 241 825,87 €	6 981 615 164,55 €	6 778 343 472,40 €	7 262 242 844,91 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.5) Transportes e Comunicações	1 065 812 801,57 €	941 098 974,74 €	437 029 453,14 €	527 614 180,15 €	573 606 468,96 €	1 268 794 210,94 €	3 019 976 568,31 €	3 599 792 836,05 €	5 137 361 717,63 €	3 352 626 146,43 €	2 816 271 626,59 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.6) Segurança e Defesa Nacional	4 018 945 676,58 €	4 471 735 460,75 €	4 622 469 979,28 €	4 953 410 044,71 €	6 322 415 633,20 €	5 470 273 425,19 €	4 481 316 997,12 €	4 895 567 784,51 €	5 214 056 785,64 €	5 051 717 808,37 €	4 987 307 604,81 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.7) Outras	8 144 696 388,75 €	8 255 440 411,33 €	9 311 373 608,37 €	10 466 735 022,95 €	10 640 047 787,37 €	16 045 962 457,77 €	16 739 856 793,51 €	10 806 817 907,89 €	13 394 020 426,01 €	10 945 183 044,48 €	8 721 763 382,10 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
5) Saldo Primário (OE)	(1 010 200 000,00 €)	1 192 700 000,00 €	1 719 000 000,00 €	(7 827 300 000,00 €)	(6 506 000 000,00 €)	13 600 000,00 €	312 700 000,00 €	(234 700 000,00 €)	448 700 000,00 €	2 471 800 000,00 €	3 161 900 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
6) Inflação (IPC)	3,1%	2,5%	2,6%	-0,8%	1,4%	3,7%	2,8%	0,3%	-0,3%	0,5%	0,6%	INE - IPC, (última atualização a 12/01/2017)
7) Taxa de Desemprego Total	7,6%	8,0%	7,6%	9,4%	10,8%	12,7%	15,5%	16,2%	13,9%	12,4%	11,1%	INE - Inquérito ao Emprego (última atualização 08/02/2017)
8) Ano de Eleições (dummy)	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constit
9) Governo	PS	PS	PS	PS	PS	PS/GP(PSD, CDS)	GP	GP	GP	GP/PS+(PCP, BE, PEV)	PS+(PCP, BE, PEV)	http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constit

Quadro 2 - Fatores Macro a Preços Constantes

INDICADOR	1.138120389	1.110903259	1.082857256	1.091920194	1.076844373	1.038923659	1.010921144	1.008199006	1.01102989	1.0061	1	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc
INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	FONTE:
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	2 130 050 999,08 €	2 243 518 604,74 €	2 280 461 539,24 €	2 378 952 660,38 €	2 431 179 240,68 €	2 178 756 636,96 €	1 836 130 420,27 €	1 902 600 827,04 €	1 885 366 610,65 €	1 918 707 717,06 €	1 844 861 351,54 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.1) Orçamento da Força Aérea	486 862 108,89 €	449 223 938,11 €	485 813 516,47 €	499 292 376,67 €	477 378 322,58 €	449 775 402,66 €	363 714 879,86 €	358 118 729,70 €	391 332 909,23 €	388 373 234,88 €	345 278 299,91 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.2) Orçamento do Exército	807 827 692,38 €	856 916 525,39 €	832 945 724,10 €	902 230 917,92 €	930 871 683,65 €	821 110 041,26 €	664 817 664,12 €	647 723 799,88 €	621 778 783,85 €	613 273 586,54 €	599 216 920,46 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.3) Orçamento da Marinha	596 811 810,56 €	578 146 972,39 €	611 528 549,72 €	642 115 583,43 €	673 967 864,19 €	622 404 691,05 €	533 634 741,21 €	508 428 200,57 €	534 032 929,20 €	534 032 929,20 €	535 641 012,26 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	238 549 387,25 €	359 231 168,86 €	350 173 748,95 €	335 313 782,35 €	348 961 370,27 €	325 376 059,63 €	362 523 556,25 €	363 826 716,99 €	383 027 966,44 €	364 725 118,91 €	364 725 118,91 €	CGE - Volume 2, Tomo IV
2) PIB	189 211 035 160,59 €	194 927 639 852,93 €	193 693 492 894,95 €	191 575 432 596,42 €	193 756 392 641,27 €	183 023 648 719,05 €	170 237 098 744,17 €	171 665 339 064,76 €	174 988 143 434,30 €	180 599 276 230,00 €	184 933 700 000,00 €	INE - PIB a preços de mercado, preços constantes, anual, (última atualização a 23/06/2017)
2.1) Taxa de variação real do PIB	1,60%	2,93%	-0,64%	-1,11%	1,13%	-5,86%	-7,51%	0,83%	1,90%	3,11%	2,34%	INE - Estimativas Anuais da População Residente (Base=2009), (última atualização a 21/06/20)
3) Saldo Global (AC e SS) - Déficit ou Excedente	(6 176 579 352,60 €)	(3 941 818 035,40 €)	(3 451 824 076,47 €)	(14 029 099 845,66 €)	(12 377 895 328,37 €)	(6 294 318 989,89 €)	(7 700 388 535,22 €)	(8 333 571 346,34 €)	(7 202 678 039,35 €)	(5 332 028 170,00 €)	(4 815 100 000,00 €)	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3_a) Saldo Global em % do PIB (AC e SS)	-3,26%	-2,02%	-1,78%	-7,32%	-6,39%	-3,44%	-4,52%	-4,85%	-4,12%	-2,95%	-2,60%	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.1) Despesa Efetiva (AC e SS)	74 397 791 726,57 €	75 684 394 890,05 €	76 362 010 869,52 €	77 991 055 014,86 €	78 438 097 910,77 €	74 657 989 188,84 €	74 751 249 767,87 €	76 558 202 202,71 €	76 485 725 517,36 €	75 318 255 760,00 €	76 467 600 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.2) Receita Efetiva (AC e SS)	68 221 212 373,97 €	71 742 576 854,65 €	72 910 186 793,05 €	63 961 955 169,20 €	66 060 202 582,40 €	68 363 670 198,95 €	67 050 861 232,65 €	68 225 300 856,37 €	69 283 047 478,01 €	69 986 227 590,00 €	71 652 500 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
3.2.1) Contribuições para a SS, CGA, ADSE	19 728 634 075,86 €	20 759 671 389,43 €	21 059 083 066,79 €	18 737 132 146,51 €	19 273 488 270,03 €	18 851 269 798,06 €	17 052 318 942,78 €	18 666 401 322,19 €	19 584 659 999,19 €	18 757 728 400,00 €	19 473 800 000,00 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
4) Despesa Total Geral (Funções)	107 794 019 028,94 €	146 721 013 952,76 €	143 850 259 055,42 €	134 047 280 692,34 €	181 891 394 664,26 €	164 868 302 380,37 €	156 313 006 011,28 €	144 778 904 908,43 €	137 638 276 035,13 €	119 178 308 916,44 €	109 236 201 819,46 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.1) Operações com a Dívida Pública	63 344 406 233,02 €	102 308 151 140,23 €	98 710 504 607,92 €	84 261 431 475,74 €	130 435 993 235,49 €	111 812 086 889,00 €	101 995 060 186,25 €	95 602 300 968,25 €	84 180 696 304,95 €	70 562 236 203,54 €	62 985 191 124,43 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.2) Segurança e Ações Sociais	10 667 585 787,18 €	11 052 785 508,35 €	11 459 533 371,56 €	12 359 020 176,06 €	12 717 332 950,54 €	11 670 482 519,60 €	12 505 933 394,77 €	13 908 579 878,18 €	13 465 540 366,74 €	13 708 929 274,72 €	13 632 247 134,26 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.3) Saúde	10 458 726 233,00 €	10 141 772 476,99 €	10 161 184 120,80 €	10 723 737 568,40 €	10 637 559 273,33 €	9 528 645 466,52 €	10 517 603 495,34 €	8 628 936 116,52 €	8 926 069 242,93 €	8 819 992 965,62 €	8 831 178 102,36 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.4) Educação	8 266 588 452,72 €	8 034 173 749,22 €	7 957 432 801,00 €	9 289 411 098,93 €	9 216 891 022,13 €	8 185 180 662,75 €	6 788 517 401,28 €	7 178 620 733,51 €	7 058 621 611,84 €	6 819 691 367,58 €	7 262 242 844,91 €	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa III
4.5) Transportes e Comunicações	1 213 023 280,62 €	1 045 469 918,48 €	473 240 514,63 €	576 112 577,99 €	617 684 898,34 €	1 318						

Anexo 9 - Fatores Nível 2 a Preços Correntes e Contantes (2016)

Quadro 3 - Fatores Intermediários a Preços Correntes (Orçamento Final Executado)+A1.T13													2016	FONTE:
INDICADOR (Orçamento executado)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (despesa)	1 871 551 567,96 €	2 019 544 533,44 €	2 105 966 899,70 €	2 178 687 300,83 €	2 257 688 577,79 €	2 097 128 713,40 €	1 816 294 408,17 €	1 887 128 250,61 €	1 864 798 092,81 €	1 907 074 562,23 €	1 844 861 351,54 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1) Orçamento da Força Aérea	427 777 336,63 €	404 377 189,73 €	448 640 403,49 €	457 260 868,86 €	443 312 269,26 €	432 924 400,78 €	359 785 609,54 €	355 801 510,87 €	387 063 639,86 €	386 018 521,90 €	345 278 299,91 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.1) ORG	293 258 073,17 €	283 490 720,47 €	294 224 829,44 €	320 244 195,28 €	338 719 341,16 €	315 236 984,51 €	263 637 674,58 €	280 616 933,76 €	274 264 487,80 €	271 896 394,41 €	262 977 676,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.2) ORP	23 317 520,46 €	30 853 338,68 €	31 970 900,78 €	36 570 962,59 €	42 705 819,40 €	39 143 665,29 €	35 361 775,50 €	35 159 675,57 €	32 392 166,49 €	29 644 154,09 €	31 627 117,22 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.3) LPM	105 695 643,00 €	85 458 164,68 €	112 018 692,27 €	82 609 721,99 €	46 276 453,09 €	66 186 747,05 €	52 370 080,06 €	28 961 941,00 €	62 338 786,00 €	71 905 571,14 €	37 357 964,18 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.4) FND	5 506 100,00 €	4 574 965,90 €	10 425 981,00 €	16 135 989,00 €	14 279 300,00 €	12 236 101,00 €	8 247 032,31 €	10 584 044,70 €	17 334 825,00 €	12 248 449,60 €	13 315 542,05 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.5) LPIM	- €	- €	- €	1 700 000,00 €	1 331 355,61 €	- €	- €	- €	- €	250 000,00 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	120 902,93 €	169 047,09 €	478 915,84 €	733 374,57 €	73 952,66 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.2) Orçamento do Exército	709 791 073,06 €	771 369 170,20 €	769 211 010,15 €	826 279 175,72 €	864 444 024,69 €	790 346 849,75 €	657 635 532,02 €	642 456 296,65 €	614 995 451,67 €	609 555 299,21 €	599 216 920,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.3) Orçamento da Marinha	524 383 726,17 €	520 429 630,11 €	564 736 068,45 €	588 060 910,41 €	625 873 042,73 €	599 086 069,01 €	477 012 296,86 €	529 295 047,77 €	502 881 473,24 €	530 795 079,22 €	535 641 012,26 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	209 599 432,10 €	323 368 543,40 €	323 379 417,61 €	307 086 345,84 €	324 059 241,11 €	274 771 393,86 €	321 860 969,75 €	359 575 395,32 €	359 857 528,04 €	380 705 661,90 €	364 725 118,91 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		

Quadro 4 - Fatores Intermediários a Preços Correntes (Orçamento Final Corrigido)													2016	FONTE:
INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (despesa)	2 105 421 518,00 €	2 190 416 032,00 €	2 346 830 168,00 €	2 417 481 906,00 €	2 582 384 799,00 €	2 242 050 992,00 €	2 074 319 068,00 €	2 136 571 310,00 €	2 195 223 005,00 €	2 127 942 346,00 €	2 074 039 777,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1) Orçamento da Força Aérea	469 107 648,00 €	447 700 737,00 €	460 969 315,00 €	461 864 917,00 €	469 609 958,00 €	435 210 625,00 €	377 131 043,00 €	373 021 069,00 €	413 375 731,00 €	413 174 378,00 €	381 177 501,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.1) ORG	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.2) ORP	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.3) LPM	134 600 583,00 €	124 904 565,00 €	123 186 394,00 €	86 169 576,00 €	70 409 690,00 €	66 186 749,00 €	54 552 091,00 €	31 264 461,00 €	65 580 274,00 €	75 255 267,00 €	58 649 987,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.4) FND	5 606 100,00 €	4 574 966,00 €	10 481 596,00 €	16 135 989,00 €	14 279 300,00 €	12 236 101,00 €	8 302 324,00 €	10 585 066,00 €	18 351 335,00 €	12 254 811,00 €	13 325 604,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.5) LPIM	- €	- €	- €	1 700 000,00 €	3 441 356,00 €	2 240 000,00 €	6 500 000,00 €	7 295 000,00 €	8 910 000,00 €	9 895 665,00 €	3 470 000,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.2) Orçamento do Exército	727 839 261,00 €	779 284 497,00 €	801 540 923,00 €	874 992 221,00 €	901 211 137,00 €	806 957 398,00 €	710 764 596,00 €	686 268 007,00 €	669 926 030,00 €	660 478 980,00 €	628 338 663,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.3) Orçamento da Marinha	569 632 881,00 €	535 620 205,00 €	602 552 527,00 €	627 686 363,00 €	697 276 720,00 €	610 723 600,00 €	529 050 415,00 €	588 178 581,00 €	532 146 590,00 €	555 881 906,00 €	568 423 731,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	338 841 728,00 €	427 810 593,00 €	481 767 403,00 €	452 938 405,00 €	514 286 984,00 €	389 159 369,00 €	457 373 014,00 €	489 103 653,00 €	579 774 654,00 €	498 407 082,00 €	496 099 882,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		

Quadro 5 - Fatores Intermediários a Preços Constantes (Orçamento Final Executado)													2016	FONTE:
INDICADOR (Orçamento executado)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
1) ORÇAMENTO DA DEFESA	2 130 050 999,08 €	2 243 518 604,74 €	2 280 461 539,24 €	2 378 952 660,38 €	2 431 179 240,68 €	2 178 576 636,96 €	1 836 130 420,27 €	1 902 600 827,04 €	1 885 366 610,65 €	1 918 707 717,06 €	1 844 861 351,54 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1) Orçamento da Força Aérea	486 862 108,89 €	449 223 938,11 €	485 813 516,47 €	499 292 376,67 €	477 378 322,58 €	449 775 402,66 €	363 714 879,86 €	358 718 729,70 €	391 332 909,23 €	388 373 234,88 €	345 278 299,91 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.1) ORG	333 762 992,39 €	314 930 765,39 €	318 603 491,59 €	349 681 103,87 €	364 748 016,51 €	327 507 161,49 €	266 516 899,49 €	282 917 713,77 €	277 289 594,93 €	273 554 962,42 €	262 977 676,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.2) ORP	26 538 145,46 €	34 275 074,50 €	34 619 921,91 €	39 932 572,57 €	45 987 521,31 €	40 667 279,98 €	35 747 966,53 €	35 447 949,97 €	32 749 448,52 €	29 824 983,43 €	31 627 117,22 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.3) LPM	120 294 366,36 €	94 935 753,69 €	121 300 253,79 €	90 203 223,67 €	49 832 538,11 €	68 762 977,44 €	52 942 021,23 €	29 199 400,14 €	63 026 375,95 €	72 344 195,12 €	37 357 964,18 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.4) FND	6 266 604,68 €	5 082 344,53 €	11 289 849,18 €	17 619 212,24 €	15 376 583,85 €	12 712 374,83 €	8 337 099,33 €	10 670 823,35 €	17 526 026,21 €	12 323 165,14 €	13 315 542,05 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.5) LPIM	- €	- €	- €	1 856 264,33 €	1 433 662,80 €	- €	- €	- €	- €	251 525,00 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	125 608,91 €	170 893,28 €	482 842,47 €	741 463,61 €	74 403,77 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.2) Orçamento do Exército	807 827 692,38 €	856 916 525,39 €	832 945 724,10 €	902 230 917,92 €	930 871 683,65 €	821 110 041,26 €	664 817 664,12 €	647 723 799,88 €	621 778 783,85 €	613 273 586,54 €	599 216 920,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.3) Orçamento da Marinha	596 811 810,56 €	578 146 972,39 €	611 528 549,72 €	642 115 583,43 €	673 967 864,19 €	622 404 691,05 €	482 221 816,66 €	533 634 741,21 €	508 428 200,57 €	534 032 929,20 €	535 641 012,26 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	238 549 387,25 €	359 231 168,86 €	350 173 748,95 €	335 313 782,35 €	348 961 370,27 €	285 466 501,98 €	325 376 059,63 €	362 523 556,25 €	363 826 716,99 €	383 027 966,44 €	364 725 118,91 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		

Quadro 6 - Fatores Intermediários a Preços Constantes (Orçamento Final Corrigido)													2016	FONTE:
INDICADOR (Orçamento Corrigido - €)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (despesa)	2 396 223 157,66 €	2 433 340 309,43 €	2 541 282 077,14 €	2 639 697 312,00 €	2 780 826 539,38 €	2 329 319 820,95 €	2 096 973 004,47 €	2 154 089 071,65 €	2 219 436 073,27 €	2 140 922 794,31 €	2 074 039 777,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1) Orçamento da Força Aérea	533 900 978,95 €	497 352 207,98 €	499 163 967,76 €	504 319 629,81 €	505 696 840,72 €	452 150 615,09 €	381 249 745,29 €	376 079 471,10 €	417 935 219,84 €	415 694 741,71 €	381 177 501,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.1) ORG	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.2) ORP	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.3) LPM	153 191 667,92 €	138 756 888,37 €	133 393 280,64 €	94 090 300,15 €	75 820 278,47 €	68 762 979,47 €	55 147 862,22 €	31 520 798,51 €	66 303 617,21 €	75 714 324,13 €	58 649 987,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.4) FND	6 380 416,71 €	5 082 344,64 €	11 350 072,29 €	17 619 212,24 €	15 376 583,85 €	12 712 374,83 €	8 392 994,87 €	10 671 853,02 €	18 553 748,21 €	12 329 565,35 €	13 325 604,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.5) LPIM	- €	- €	- €	1 856 264,33 €	3 705 804,84 €	2 327 189,00 €	6 570 987,43 €	7 354 811,75 €	9 008 276,32 €	9 956 028,56 €	3 470 000,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.2) Orçamento do Exército	828 368 703,06 €	865 709 687,73 €	867 954 404,83 €	955 421 675,78 €	970 464 141,64 €	838 367 132,83 €	718 526 958,24 €	691 894 722,72 €	677 315 240,42 €	664 507 901,78 €	628 338 663,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.3) Orçamento da Marinha	648 310 796,27 €	595 022 231,55 €	652 478 376,27 €	685 383 415,31 €	750 858 512,26 €	634 495 197,33 €	534 828 250,57 €	593 001 060,90 €	538 016 108,35 €	559 272 785,63 €	568 423 731,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	385 642 679,37 €	475 256 182,18 €	521 685 328,27 €	494 572 591,10 €	553 807 044,76 €	404 306 875,69 €	462 368 050,38 €	493 113 816,94 €	586 169 504,66 €	501 447 365,20 €	496 099 882,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4		

Anexo 10 - Fatores Nível 3 a Preços Correntes e Contantes (2016)

Quadro 7 - Fatores Micro a Preços Correntes

INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	FONTE
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	1 871 551 567,96€	2 019 544 533,44€	2 105 966 899,70€	2 178 687 300,83€	2 257 688 577,79€	2 097 128 713,40€	1 816 294 408,17€	1 887 128 250,61€	1 864 798 092,81€	1 907 074 562,23€	1 844 861 351,54€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1) Orçamento da Força Aérea	427 777 336,63€	404 377 189,73€	448 640 403,49€	457 260 868,86€	443 312 269,26€	432 924 400,78€	359 785 609,54€	355 801 510,87€	387 063 639,86€	386 018 521,90€	345 278 299,91€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.1) ORG	293 258 073,17 €	283 490 720,47 €	294 224 829,44 €	320 244 195,28 €	338 719 341,16 €	315 236 984,51 €	263 637 674,58 €	280 616 933,76 €	274 264 487,80 €	271 896 394,41 €	262 977 676,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.2) ORP	23 317 520,46 €	30 853 338,68 €	31 970 900,78 €	36 570 962,59 €	42 705 819,40 €	39 143 665,29 €	35 361 775,50 €	35 159 675,57 €	32 392 166,49 €	29 644 154,09 €	31 627 117,22 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.3) LPM	105 695 643,00 €	85 458 164,68 €	112 018 692,27 €	82 609 721,99 €	46 276 453,09 €	66 186 747,05 €	52 370 080,06 €	28 961 941,00 €	62 338 786,00 €	71 905 571,14 €	37 357 964,18 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.4) FND	5 506 100,00 €	4 574 965,90 €	10 425 981,00 €	16 135 989,00 €	14 279 300,00 €	12 236 101,00 €	8 247 032,31 €	10 584 044,70 €	17 334 825,00 €	12 248 449,60 €	13 315 542,05 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.5) LPM	- €	- €	- €	- €	1 700 000,00 €	1 331 355,61 €	- €	- €	- €	250 000,00 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	120 902,99 €	169 047,09 €	478 915,84 €	733 374,57 €	73 952,66 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.2) Orçamento do Exército	709 791 073,06€	771 369 170,20€	769 211 010,15€	826 279 175,72€	864 444 024,69€	790 346 849,75€	657 635 532,02€	642 456 296,65€	614 995 451,67€	609 555 299,21€	599 216 920,46€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.3) Orçamento da Marinha	524 383 726,17€	520 429 630,11€	564 736 068,45€	588 060 910,41€	625 873 042,73€	599 086 069,01€	477 012 296,86€	529 295 047,77€	502 881 473,24€	530 795 079,22€	535 641 012,26€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	209 599 432,10€	323 368 543,40€	323 379 417,61€	307 086 345,84€	324 059 241,11€	274 771 393,86€	321 860 969,75€	359 575 395,32€	359 857 528,04€	380 705 661,90€	364 725 118,91€	CGE - Volume 2, Tomo 4
2) PESSOAL (ORG)	205 089 997,00€	208 994 131,00€	213 360 827,00€	236 493 867,00€	263 163 161,00€	248 157 205,00€	211 442 884,00€	240 997 716,00€	237 748 484,07€	237 297 671,34€	230 882 476,17€	AEFA/RGFA
2.1) Efetivo Total (Ativo+Reserva+Reforma)	11540	11463	11430	11445	11643	11310	11229	11178	10846	10820	10818	AEFA - CPESFA/DP
2.2) Efetivo (Ativo+Reserva)	7974	7831	7760	7748	7825	7436	7313	7243	6920	6763	6662	AEFA - CPESFA/DP
2.3) Efetivo (Ativo)	7237	7112	7080	7090	7122	6647	6458	6343	5978	5957	5944	AEFA - CPESFA/DP
2.4) Efetivo (Reforma)	3566	3632	3670	3697	3818	3874	3916	3935	3926	4057	4156	AEFA - CPESFA/DP
2.5) Efetivo (Civil)	1366	1303	1241	1196	1102	1046	1021	971	878	842	702	AEFA - CPESFA/DP
2.6) Efetivo (Ativo+Reserva+Civil)	9340	9134	9001	8944	8927	8482	8334	8214	7798	7605	7364	AEFA - CPESFA/DP
3) ATIVIDADE AÉREA (HV)	24477	21475	21572	20119	21167	17836	15053	16489	17747	18125	16822	AEFA
3.1) Custo Atividade Aérea (€)	- €	48 508 055,00€	46 056 695,00€	61 759 736,00€	70 180 415,00€	59 817 081,70€	48 206 023,73€	46 327 558,89€	57 260 911,96€	57 510 107,46€	54 921 225,30€	AEFA/DivRec
3.1.1) Combustíveis e Lubrificantes Operacionais (€)	16 067 896,65€	17 937 347,89€	27 163 228,60€	18 075 890,85€	23 064 872,28€	25 298 441,61€	19 188 703,14€	19 963 830,35€	24 516 734,18€	18 774 695,47€	11 555 713,17€	AEFA - CLAF/DAT
3.2) Custo Pessoal Atividade Aérea (€)	- €	13 349 570,00€	19 598 810,00€	25 777 475,00€	26 240 079,00€	20 557 992,93€	19 532 993,26€	21 133 469,13€	21 355 409,74€	28 549 526,01€	31 010 610,90€	AEFA/DivRec
4) PROGRAMA DE OBRAS (DI)	8 672 697,99€	5 560 731,12€	4 343 896,00€	6 914 747,14€	2 508 000,00€	3 583 000,00€	1 032 852,56€	1 743 760,00€	3 080 620,10€	5 175 764,36€	4 911 969,74€	AEFA - CLAF/DI
4.1) PIDDAC - Dotação Executada	377 690,00€	2 682 303,00€	1 681 794,00€	1 849 874,00€	1 599 183,00€	374 933,00€	899 179,00€	1 196 941,00€	874 966,00€	873 110,00€	874 989,26€	AEFA/RGFA
5) ENCARGOS CORRENTES	15 378 649,58€	15 317 672,00€	18 898 354,73€	18 747 297,06€	19 581 730,40€	17 022 215,02€	17 208 367,76€	17 474 276,38€	15 452 635,97€	16 404 139,42€	15 907 919,15€	AEFA/RGFA
5.1) Combustíveis e Lubrificantes Terrestres	2 712 167,53€	2 761 272,35€	3 474 523,46€	2 817 478,63€	3 308 383,75€	3 271 952,67€	2 906 909,09€	2 585 079,21€	2 253 529,21€	2 201 203,42€	1 956 834,98€	AEFA - CLAF/DAT
5.2) Alimentação	6 523 902,00€	6 998 619,00€	7 289 497,00€	7 197 054,00€	7 420 204,00€	6 846 438,00€	6 604 101,00€	6 460 777,00€	6 400 300,00€	6 468 300,00€	6 148 500,00€	AEFA - CLAF/DAT
5.3) Fardamento	- €	- €	2 235 683,35€	2 348 620,98€	2 288 746,01€	366 854,18€	631 218,93€	628 560,49€	764 155,79€	1 733 626,54€	1 610 188,64€	AEFA - CLAF/DAT
5.4) Encargos com Instalações	6 142 580,05€	5 557 780,65€	5 898 650,92€	6 384 143,45€	6 564 396,64€	6 536 970,17€	7 066 138,74€	7 799 859,68€	6 034 650,97€	6 001 009,46€	6 192 445,53€	AEFA - DFPA
6) Custo de Apoio à Atividade Aérea (€)	- €	146 875 003,73€	189 222 881,49€	159 007 265,86€	109 968 693,26€	124 950 114,08€	100 136 701,81€	68 476 235,98€	92 054 243,83€	91 210 743,10€	59 474 598,44€	x=1-1-2-3-1
7) Outros Encargos (€)	- €	125 996 600,61€	165 980 630,76€	133 345 221,66€	87 878 962,86€	104 344 899,06€	81 895 481,49€	49 258 199,60€	73 520 987,76€	69 630 839,32€	38 654 709,55€	y=1-1-(2+3,1+4+5)
8) Contribuições para a SS, CGA, ADSE (Quadro Macro)	17 334 400 000,00€	18 687 200 000,00€	19 447 700 000,00€	17 159 800 000,00€	17 898 100 000,00€	18 145 000 000,00€	16 868 100 000,00€	18 514 600 000,00€	19 371 000 000,00€	18 644 000 000,00€	19 473 800 000,00€	CGE - (Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
9) Orçamento Final Corrigido da Força Aérea (Quadro Intermédio)	469 107 648,00€	447 700 737,00€	460 969 315,00€	461 864 917,00€	469 609 958,00€	435 210 625,00€	377 131 043,00€	373 021 069,00€	413 375 731,00€	413 174 378,00€	381 177 501,00€	CGE - Volume 2, Tomo 4
10) Cotações Finais	39 423 463,00€	41 874 615,00€	11 468 924,00€	3 747 940,00€	24 130 800,00€	20 842 405,00€	10 233 509,00€	6 828 094,00€	13 758 071,00€	14 313 590,00€	7 062 948,00€	SIG (2011 - Cotações desativadas para acudir ao défice de pe:
11) Corte aos Fundos Disponíveis (Final Anual)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	690 073,00€	2 435 463,00€	1 164 403,00€	2 067 380,00€	2 995 751,00€	SIG/DGO - (ORG Corrigida- Cativos-Saldo Final de Fund. Disp. Ai
12) Orçamento da FAP (s/pessoal)	222 687 339,63€	195 383 058,73€	235 279 576,49€	220 767 001,86€	180 149 108,26€	184 767 195,78€	148 342 725,54€	114 803 794,87€	149 315 155,79€	148 720 850,56€	114 395 823,74€	z=1-1-2
13) Ano de Eleições - dummy (Quadro Macro)	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	www.portugal.gov.pt
14) Governo (Quadro Macro)	PS	PS	PS	PS	PS	PS/GP(PSD, CDS)	GP	GP	GP	GP/PS+(PCP, BE, PEV)	PS+(PCP, BE, PEV)	www.portugal.gov.pt

Quadro 8 - Fatores Micro a Preços Constantes

Fator de Atualização	1,138120389	1,110903259	1,082857256	1,091920194	1,076844373	1,038923659	1,010921144	1,008199006	1,01102989	1,0061	1	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc
INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1
1) ORÇAMENTO DA DEFESA (executado)	2 130 050 999,08€	2 243 518 604,74€	2 280 461 539,24€	2 378 952 660,38€	2 431 179 240,68€	2 178 756 636,96€	1 836 130 420,27€	1 902 600 827,04€	1 885 366 610,65€	1 918 707 717,06€	1 844 861 351,54€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1) Orçamento da Força Aérea	486 862 108,89€	449 223 938,11€	485 813 516,47€	499 292 376,67€	477 378 322,58€	449 775 420,66€	363 714 879,86€	358 718 729,70€	391 332 909,23€	388 373 234,88€	345 278 299,91€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.1) ORG	333 762 992,39 €	314 930 765,39 €	318 603 491,59 €	349 681 103,87 €	364 748 016,51 €	327 507 161,49 €	266 516 899,49 €	282 917 713,77 €	277 289 594,93 €	273 554 962,42 €	262 977 676,46 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.2) ORP	26 538 145,46 €	34 275 074,50 €	34 619 921,91 €	39 932 572,57 €	45 987 521,31 €	40 667 279,98 €	35 747 966,53 €	35 447 949,97 €	32 749 448,52 €	29 824 983,43 €	31 627 117,22 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.3) LPM	120 294 366,36 €	94 935 753,69 €	121 300 253,79 €	90 203 223,67 €	49 832 538,11 €	68 762 977,44 €	52 942 021,23 €	29 199 400,14 €	63 026 375,95 €	72 344 195,12 €	37 357 964,18 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.4) FND	6 266 604,68 €	5 082 344,53 €	11 289 849,18 €	17 619 212,24 €	15 376 583,85 €	12 712 374,83 €	8 337 099,33 €	10 670 823,35 €	17 526 026,21 €	12 323 165,14 €	13 315 542,05 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.5) LPIM	- €	- €	- €	- €	1 433 662,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	251 525,00 €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.1.6) CoFin e Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	125 608,91 €	170 893,28 €	482 842,47 €	741 463,61 €	74 403,77 €	- €	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.2) Orçamento do Exército	807 827 692,38€	856 916 525,39€	832 945 724,10€	902 230 917,92€	930 871 683,65€	821 110 041,26€	664 817 664,12€	647 723 799,88€	621 778 783,85€	613 273 586,54€	599 216 920,46€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.3) Orçamento da Marinha	596 811 810,56€	578 146 972,39€	611 528 549,72€	642 115 583,43€	673 967 864,19€	622 404 691,05€	482 221 816,66€	533 634 741,21€	508 428 200,57€	534 032 929,20€	535 641 012,26€	CGE - Volume 2, Tomo 4
1.4) Orçamento dos Serviços Centrais	238 549 387,25€	359 231 168,86€	350 173 748,95€	335 313 782,35€	348 961 370,27€	285 466 501,98€	325 376 059,63€	362 523 556,25€	363 826 716,99€	383 027 966,44€	364 725 118,91€	CGE - Volume 2, Tomo 4
2) PESSOAL (DRG)	233 417 107,22€	232 172 261,33€	231 039 319,76€	258 232 429,16€	283 385 769,07€	257 816 391,50€	213 752 082,10€	242 973 657,79€	240 370 823,70€	238 745 187,14€	230 882 476,17€	AEFA/RGFA
2.1) Efetivo Total (Ativo+Reserva+Reforma)	11540	11463	11430	11445	11643	11310	11229	11178	10846	10820	10818	AEFA - CPESFA/DP
2.2) Efetivo (Ativo+Reserva)	7974	7831	7760	7748	7825	7436	7313	7243	6920	6763	6662	AEFA - CPESFA/DP
2.3) Efetivo (Ativo)	7237	7112	7080	7090	7122	6647	6458	6343	5978	5957	5944	AEFA - CPESFA/DP
2.4) Efetivo (Civil)	1366	1303	1241	1196	1102	1046	1021	971	878	842	702	AEFA - CPESFA/DP
2.5) Efetivo (Ativo+Reserva+Civil)	9340	9134	9001	8944	8927	8482	8334	8214	7798	7605	7364	AEFA - CPESFA/DP
3) ATIVIDADE AÉREA (HV)	24477	21475	21572	20119	21167	17836	15053	16489	17747	18125	16822	AEFA
3.1) Custo Atividade Aérea (€)	- €	53 887 756,41 €	49 872 826,39 €	67 436 702,92 €	75 573 384,98 €	62 145 381,41 €	48 732 488,64 €	46 707 398,84 €	57 892 493,52 €	57 860 919,12 €	54 921 225,30 €	AEFA/DivRec
3.1.1) Combustíveis e Lubrificantes Operacionais (€)	18 287 200,79 €	19 926 658,24 €	29 413 899,20 €	19 737 430,25 €	24 837 277,93 €	26 283 149,53 €	19 398 265,72 €	20 127 513,92 €	24 787 151,06 €	18 889 221,11 €	11 555 713,17 €	AEFA - CLAFDA/DAT
3.2) Custo Pessoal Atividade Aérea (€)	- €	14 830 080,82 €	21 222 713,63 €	28 146 945,51 €	28 256 481,41 €	21 358 185,24 €	19 746 315,88 €	21 306 742,58 €	21 590 957,56 €	28 723 678,12 €	31 010 610,90 €	AEFA/DivRec
4) PROGRAMA DE OBRAS (DI)	9 870 574,41€	6 177 434,33€	4 703 819,30€	7 550 352,04€	2 700 725,69€	3 722 463,47€	1 044 132,49€	1 758 057,10€	3 114 599,00€	5 207 336,52€	4 911 969,74€	AEFA - CLAFDA/DI
4.1) PIDDAC - Dotação Executada	429 856,69 €	2 979 779,15 €	1 821 142,84 €	2 019 914,78 €	1 722 071,21 €	389 526,76 €	908 999,06 €	1 206 754,73 €	884 616,78 €	878 435,97 €	874 989,26 €	AEFA/RGFA
5) ENCARGOS CORRENTES	17 502 754,65€	17 016 451,75€	20 464 220,55€	20 470 552,24€	21 086 476,19€	17 684 781,92€	17 396 302,82€	17 617 548,08€	15 623 076,84€	16 504 204,67€	15 907 919,15€	AEFA/RGFA
5.1) Combustíveis e Lubrificantes Terrestres	3 086 773,17 €	3 067 506,45 €	3 762 412,94 €	3 076 461,81 €	3 562 614,42 €	3 399 309,04 €	2 635 655,86 €	2 606 274,29 €	2 278 385,39 €	2 214 630,76 €	1 956 834,98 €	AEFA - CLAFDA/DAT
5.2) Alimentação	7 424 985,88 €	7 774 788,66 €	7 893 484,72 €	7 858 608,60 €	7 990 404,92 €	7 112 926,42 €	6 676 225,34 €	6 513 748,95 €	6 470 894,60 €	6 507 756,63 €	6 148 450,00 €	AEFA - CLAFDA/DAT
5.3) Fardamento	- €	- €	2 420 925,94 €	2 564 506,68 €	2 464 623,26 €	381 133,49 €	638 112,56 €	633 714,06 €	772 584,34 €	1 744 201,66 €	1 610 188,64 €	AEFA - CLAFDA/DAT
5.4) Encargos com Instalações	6 990 995,60 €	6 174 156,64 €	6 387 396,95 €	6 970 975,16 €	7 068 833,58 €	6 791 412,97 €	7 143 309,06 €	7 863 810,78 €	6 101 212,51 €	6 037 615,62 €	6 192 445,53 €	AEFA - DFFA
6) Custo de Apoio à Atividade Aérea (€)	- €	163 163 920,37€	204 901 370,31€	173 623 244,60€	118 419 168,53€	129 813 629,75€	101 230 309,11€	69 037 673,07€	93 069 592,01€	91 767 128,63€	59 474 598,44€	x=1.1-2-3.1
7) Outros Encargos (€)	- €	139 970 034,29€	179 733 330,45€	145 602 340,32€	94 631 966,65€	108 406 384,36€	82 789 873,81€	49 662 067,89€	74 331 916,17€	70 055 587,44€	38 654 709,55€	y=1.1-(2+3.1+4+5)
8) Contribuições para a SS, CGA, ADSE (Quadro Macro)	19 728 634 075,86€	20 759 671 389,43€	21 059 083 066,79€	18 737 132 146,51€	19 273 468 270,03€	18 851 269 798,06€	17 052 318 942,78€	18 666 401 322,19€	19 584 659 999,19€	18 757 728 400,00€	19 473 800 000,00€	CGE - Volume 1, Tomo 3, Mapa XXIII
9) Orçamento Final Corrigido da Força Aérea (Quadro Intermédia)	533 900 978,95€	497 352 207,98€	499 163 967,76€	504 319 629,81€	505 696 840,72€	452 150 615,09€	381 249 745,29€	376 079 471,10€	417 935 219,84€	415 694 741,71€	381 177 501,00€	CGE - Volume 2, Tomo 4
10) Cotações Finais	44 868 647,06€	46 518 646,29€	12 419 207,58€	4 092 451,37€	25 985 116,19€	21 653 667,67€	10 345 270,62€	6 884 077,59€	13 909 821,01€	14 400 902,90€	7 062 948,00€	SIG (2011 - Cotações desativadas para acudir ao défice de pe
11) Corte aos Fundos Disponíveis (Final Anual)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	697 609,39€	2 455 431,38€	1 177 246,24€	2 079 991,02€	2 995 751,00€	SIG/DGO - (ORG Corrigida- Cativos-Saldo Final de Fund. Disp. Ai
12) Orçamento da FAP (s/pessoal)	253 445 001,67€	217 051 676,78€	254 774 196,70€	241 059 947,52€	193 992 553,51€	191 959 011,16€	149 962 797,75€	115 745 071,91€	150 962 085,53€	149 628 047,75€	114 395 823,74€	z=1.1-2
13) Ano de Eleições - dummy (Quadro Macro)	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	www.portugal.gov.pt
14) Governo (Quadro Macro)	PS	PS	PS	PS	PS	PS/GP(PSD, CDS)	GP	GP	GP	GP/PS+(PCP, BE, PEV)	PS+(PCP, BE, PEV)	www.portugal.gov.pt